



BMEP

Boletim Mensal de Economia Portuguesa

N.º 03 | março 2016



Gabinete de Estratégia e Estudos
Ministério da Economia

GPEARI

**Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação
e Relações Internacionais**

Ministério das Finanças

Ficha Técnica

Título: Boletim Mensal de Economia Portuguesa

Data: Março de 2016

Elaborado com informação disponível até ao dia 29 de março.

Editores:

Gabinete de Estratégia e Estudos

Ministério da Economia

Rua da Prata, 8

1149-057 Lisboa

Telefone: +351 217 921 372

Fax: +351 217 921 398

URL: <http://www.gee.min-economia.pt>

E-Mail: gee@gee.min-economia.pt

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais

Ministério das Finanças

Av. Infante D. Henrique n.º. 1 – 1.º

1100 – 278 Lisboa

Telefone: +351 21 8823396

Fax: +351 21 8823399

URL: <http://www.gpeari.min-financas.pt>

E-Mail: bmep@gpeari.min-financas.pt

ISSN: 1646-9072



(Esta publicação respeita as regras do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa)

Índice

Conjuntura	5
Sumário	7
1. Enquadramento Internacional	11
2. Conjuntura Nacional	15
3. Comércio Internacional	27
Artigos	33
Em Análise	35
The effect of developing countries' competition on regional labour markets in Portugal	35
Iniciativas e Medidas Legislativas	47
Lista de Acrónimos	55

Conjuntura

Sumário

Enquadramento Internacional

- * No início do ano de 2016, a produção industrial mundial aumentou para 1,6% em termos homólogos em janeiro (0,7% em dezembro de 2015) em resultado da recuperação das economias avançadas e da melhoria dos países emergentes e em desenvolvimento e, o comércio mundial de mercadorias também acelerou devido ao fortalecimento das importações mundiais.
- * O PIB do G20 desacelerou para 3,0% em termos homólogos reais no 4.º trimestre de 2015 (3,1% no 3.º trimestre), refletindo, de entre as economias avançadas, um crescimento mais moderado dos EUA e da União Europeia, a par de um enfraquecimento do Japão. De entre os países emergentes, a economia do Brasil deteriorou-se, tendo o PIB registado uma quebra de 6% (-4,5% no 3.º trimestre); o da China foi menos forte; enquanto o da Índia tornou-se mais robusto.
- * Os indicadores disponíveis para o 1.º trimestre de 2016 para os EUA indicam uma estabilização da atividade industrial, a continuação de um forte crescimento do consumo privado e o prolongamento da diminuição das exportações de bens em termos nominais. Em fevereiro de 2016, a taxa de desemprego manteve-se em 4,9% e a taxa de inflação homóloga baixou para 1,0% (1,4% em janeiro).
- * No 4.º trimestre de 2015, o PIB da União Europeia (UE) abrandou para 1,8% em termos homólogos reais (1,9% no 3.º trimestre) e o da área do euro (AE) manteve o crescimento de 1,6% refletindo uma desaceleração de todas as componentes, com exceção do consumo público. De acordo com o indicador previsional do Banco de Itália de fevereiro de 2016, o PIB trimestral em cadeia da área do euro estabilizou, interrompendo o aumento dos meses precedentes (+0,3%, no 4.º trimestre). No conjunto dos meses de janeiro e fevereiro de 2016, o indicador de sentimento económico diminuiu tanto para a UE como para a AE. Em janeiro de 2016, a taxa de desemprego diminuiu tanto para a UE como para a AE, para se situar em 8,9% e 10,3%, respetivamente (9,0% e 10,4%, em dezembro de 2015). Em fevereiro de 2016, a taxa de inflação homóloga da área do euro recuou para -0,2% (a variação negativa não sucedia desde Setembro de 2015).
- * Em março de 2016 e, até ao dia 24, o preço *spot* do petróleo Brent subiu, para se situar, em média, em cerca de 40 USD/bbl (36 €/bbl), fomentado, sobretudo, pelas expectativas de possível acordo entre membros e não-membros da OPEP para reduzir a produção.
- * As taxas de juro de curto prazo prosseguiram em março de 2016, o seu movimento descendente para a área do euro, renovando níveis historicamente baixos (-0,22%, em média, até ao dia 24) em linha com a decisão do Conselho do Banco Central Europeu (BCE), no dia 10, em implementar mais medidas de estímulo monetário, com destaque para o reforço do montante de compra mensal de ativos, de 60 para 80 mil milhões de euros; aquisição de algumas obrigações empresariais e diminuição das taxas de juro aplicáveis às operações principais de refinanciamento para 0,00%, facilidade permanente de cedência de liquidez para 0,25% e facilidade permanente de depósito para -0,40% (0,05%; 0,30% e -0,30%, anteriormente).
- * Em março de 2016, o euro apreciou-se face ao dólar, causado sobretudo por uma descida do dólar, o qual esteve, em parte, associado à revisão em baixa, pela Reserva Federal, do PIB dos EUA e de subida das taxas de juro federais. Assim, o euro face ao dólar situou-se em 1,12, no dia 24 (representando uma apreciação de 2,6% face ao final de fevereiro) e acima do nível do final de 2015 (1,09).

Conjuntura Nacional

- * As Contas Nacionais Trimestrais do INE para o 4.º trimestre de 2015 apontam para um crescimento homólogo de 1,3% do PIB (1,4% no trimestre precedente). Este valor fica a dever-se a um contributo positivo da procura interna igual ao do 3.º trimestre de 2015 (2,1 p.p.), que contrasta com um contributo mais negativo da procura externa líquida (-0,9 p.p. que compara com os -0,7 p.p. do trimestre terminado em setembro de 2015).
- * No último trimestre de 2015, o Consumo Privado cresceu, em termos reais, 2,4%, mais 0,1 p.p. do que no trimestre precedente. Em termos anuais, o crescimento foi de 2,6%.
- * A FBCF registou um crescimento de 0,2%, 1,8 p.p. inferior ao observado nos três meses precedentes. Para esta evolução concorreu a componente de equipamento de transporte, com uma variação homóloga de 9,5% que compara com 36,3% no trimestre anterior. O investimento em outras máquinas e equipamentos registou uma variação de -7,1% (-2,9% no trimestre terminado em setembro de 2015), conquanto o investimento em construção aumentou 4,4% (+2,3 p.p. face ao trimestre precedente).
- * O Indicador de confiança dos consumidores, nos meses de janeiro e fevereiro, apresentou, à semelhança da generalidade dos indicadores de opinião dos empresários, uma melhoria face aos valores do último trimestre de 2015.
- * Em fevereiro de 2016, a variação homóloga do IPC foi de 0,4%, metade do registado em janeiro. Já a variação homóloga do IPPI, em igual período, foi de -2,9% (-2,4% no mês anterior).
- * As estimativas do INE apontam para que a taxa de desemprego, em janeiro, se tenha fixado nos 12,2%, enquanto o emprego cresceu 1,4%. O número de desempregados registados, nos centros de emprego, no final de fevereiro, diminuiu 4,7%, enquanto as colocações ao longo do mês aumentaram 9,4%.
- * Em termos médios homólogos nominais, os dados relativos ao comércio internacional de bens, divulgados pelo INE para o mês de janeiro, apontam para um crescimento de 0,3% das importações e um aumento das exportações em 0,7% (-0,5% e 0,2% no 4.º trimestre, respetivamente).
- * A execução orçamental do sector das Administrações Públicas traduziu-se, até ao final do mês de fevereiro, num Saldo Global superavitário de mais de 15 milhões de euros¹, o que representa uma clara melhoria em relação ao período homólogo de 2015, em que se registou um défice de 229 milhões de euros. Este resultado assenta num aumento da receita efetiva (2,9%) superior ao aumento concomitante da despesa efetiva (0,9%).
- * O saldo global da Administração Central e da Segurança Social cifrou-se, no final do mês de fevereiro, num valor negativo de cerca de 108 milhões de euros, valor que compara com o défice de 269 milhões de euros registado no período homólogo de 2015. Na base desta evolução positiva está um crescimento da receita efetiva (2,7%) superior ao registado na despesa efetiva (1,3%). O saldo primário atingiu, entretanto, o valor de 1385 milhões de euros.
- * Os subsectores dos Serviços e Fundos Autónomos e da Administração Local concorreram para o Saldo Global das Administrações Públicas com excedentes de, respetivamente, 516 e de 136 milhões de euros. Já o subsector da Administração Regional contribuiu com um défice de 13 milhões de euros.
- * A dívida das Administrações Públicas (na ótica de Maastricht) atingiu, no final de janeiro, o montante de 234.396 milhões de euros o que representa um aumento de mais de 3.300 milhões de euros relativamente ao mês anterior — o equivalente a cerca de 1,4%.

¹ Exceto se for referido o contrário, os valores indicados foram apurados numa base de caixa.

- * A dívida direta do Estado cifrava-se, no final do mês de fevereiro, em 226,5 mil milhões de euros, valor que representa um aumento de 1,6% em relação ao mês anterior.

Comércio Internacional

- * Os **resultados preliminares das estatísticas do comércio internacional** recentemente divulgados pelo INE² apontam para um decréscimo homólogo das exportações de mercadorias de 1,5% em janeiro de 2016. Neste mesmo período, as importações decresceram 1%, o que levou a um agravamento do défice da balança comercial de mercadorias (fob-cif) de 1,6%, correspondendo a 10 milhões de euros. A taxa de cobertura das importações pelas exportações de mercadorias foi de 85,3%, menos 0,4 p.p. que em igual período de 2015.
- * No primeiro mês de 2016, o decréscimo homólogo das exportações de mercadorias, excluindo os produtos energéticos, foi inferior ao decréscimo das exportações totais (-0,3%). As importações registaram uma variação homóloga positiva (5,7%), o que levou a um agravamento do saldo negativo da respetiva balança comercial em 80,6%.
- * No último ano a terminar em janeiro de 2016, as exportações de mercadorias cresceram 3,8% em termos homólogos, sendo que a maioria dos grupos contribuiu positivamente para este comportamento. Destaca-se o contributo dos “Produtos acabados diversos” (+0,9 p.p.), dos “Agroalimentares” e das “Máquinas, aparelhos e suas partes” (ambos com +0,7 p.p.). No primeiro mês de 2016, deve igualmente destacar-se o contributo positivo da “Madeira, cortiça e papel” e das “Máquinas, aparelhos e suas partes” (ambos com +0,9 p.p.), seguido do contributo dos “Químicos” (+0,8 p.p.).
- * Em janeiro de 2016, as exportações para o mercado comunitário cresceram, em termos homólogos, 4,5% e contrariaram em 3,4 p.p. o decréscimo das exportações totais de mercadorias. As exportações para os países da UE-15 registaram uma taxa de variação homóloga positiva de 4% e as exportações para os países do Alargamento 16,5%, sendo os respetivos contributos para o decréscimo do total das exportações de mercadorias de 2,8 p.p. e 0,5 p.p.. As exportações para a França registaram o maior contributo Intra UE-15 (+0,8 p.p.) para o crescimento das exportações, seguidas das exportações para Espanha (+0,7 p.p.), Bélgica e Países Baixos (ambos com +0,5 p.p.).
- * No primeiro mês de 2016, as exportações de mercadorias para os Países Terceiros registaram uma variação homóloga negativa (-18,8%), passando a representar 21,2 % do total das exportações nacionais (-4,5 p.p. face ao período homólogo). Destaca-se o comportamento positivo das exportações para Marrocos (+27,7%), a Turquia (+12,0%) e EUA (+6,9%).
- * Em janeiro de 2016, as exportações de produtos industriais transformados registaram uma taxa de variação homóloga negativa de 2%. As exportações de produtos de alta intensidade tecnológica foram as que mais contribuíram para o crescimento das exportações deste tipo de produtos (+1,6 p.p.).
- * De acordo com os dados da Balança de Pagamentos divulgados para o mês de dezembro de 2015, as Exportações de Bens e Serviços registaram um crescimento homólogo de 4,7% no ano de 2015. A componente de Serviços registou uma melhor performance relativamente à dos Bens (6,6% e 3,7%, respetivamente) no entanto a componente dos Bens foi a que mais contribuiu para o crescimento do total das exportações (2,5 p.p.).

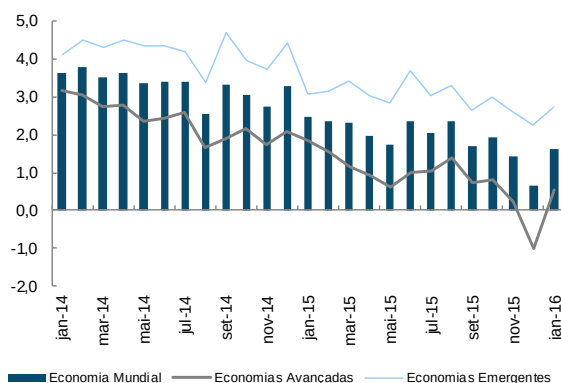
² Resultados mensais preliminares de janeiro de 2016.

1. Enquadramento Internacional

Atividade Económica Mundial

Em janeiro de 2016, a produção industrial mundial aumentou para 1,6% em termos homólogos (0,7% no mês precedente) em resultado da recuperação das economias avançadas e da melhoria dos países emergentes e em desenvolvimento.

Figura 1.1. Produção Industrial
(VH, em %)



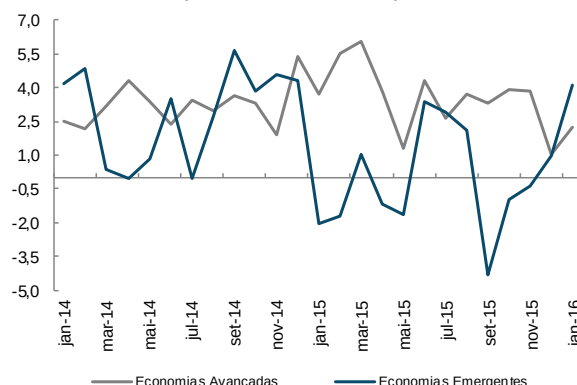
Fonte: CPB.

O comércio mundial de mercadorias também acelerou devido ao fortalecimento das importações mundiais; já que as exportações mundiais desaceleraram.

De facto, em janeiro de 2016 e, em termos homólogos reais:

- o comércio mundial acelerou para 1,1% (0,8% em dezembro de 2015);
- as importações mundiais aumentaram para 3,1% (1,0% em dezembro de 2015); enquanto as exportações mundiais registaram uma quebra de 0,7% (+0,5%, no mês precedente).

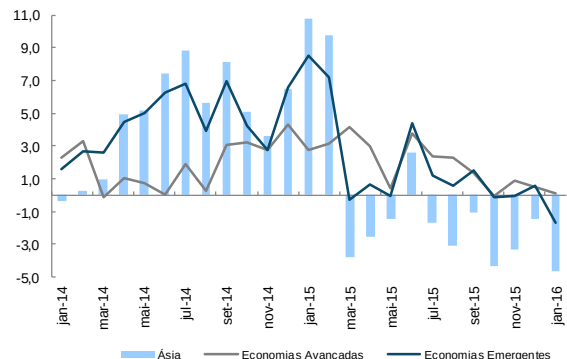
Figura 1.2. Importações de Mercadorias
(VH em volume, em %)



Fonte: CPB.

No início do ano, a melhoria das trocas comerciais resultou de um crescimento mais forte das importações tanto das economias avançadas como dos países emergentes, com destaque para o incremento particularmente significativo destes últimos, nomeadamente da Ásia. Já quanto às exportações de mercadorias, estas abrandaram para as economias avançadas e recuaram para o conjunto dos países emergentes, salientando-se uma diminuição particularmente significativa para os asiáticos.

Figura 1.3. Exportações de Mercadorias
(VH em volume, em %)



Fonte: CPB.

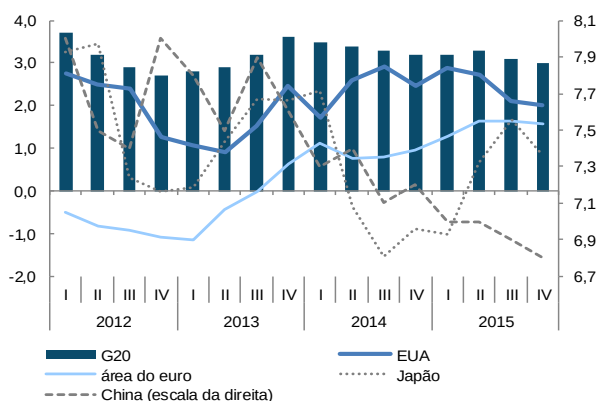
Quadro 1.1. Indicadores de Atividade Económica Mundial

Indicador	Unidade	Fonte	2015	2014	2015					2015			2016
				4T	1T	2T	3T	4T		out	nov	dez	jan
Índice de Produção Industrial Mundial	VH	CPB	19	3,0	2,4	2,0	2,0	13		19	14	0,7	16
Economias Avançadas	VH	CPB	0,9	2,0	1,5	0,8	1,0	0,0		0,8	0,2	-1,0	0,5
Economias Emergentes	VH	CPB	3,0	4,0	3,2	3,2	3,0	2,6		3,0	2,6	2,2	2,7
Comércio Mundial de Mercadorias	VH	CPB	2,0	3,9	3,4	2,0	1,7	0,9		0,8	1,2	0,8	1,1
Importações Mundiais	VH	CPB	19	3,8	2,5	1,9	1,9	1,6		1,7	2,0	1,0	3,1
Economias Avançadas	VH	CPB	3,6	3,5	5,1	3,1	3,2	2,9		3,9	3,9	1,0	2,3
Economias Emergentes	VH	CPB	-0,2	4,2	-0,9	0,2	0,2	-0,1		-1,0	-0,4	1,0	4,1
Exportações Mundiais	VH	CPB	2,0	3,9	4,2	2,0	1,6	0,3		-0,1	0,4	0,5	-0,7
Economias Avançadas	VH	CPB	2,0	3,4	3,4	2,4	2,0	0,4		0,0	0,9	0,5	0,1
Economias Emergentes	VH	CPB	2,0	4,5	5,1	1,7	1,1	0,1		-0,1	-0,1	0,6	-1,6

Atividade Económica Extra-UE

No 4.º trimestre de 2015, o PIB do **G20** desacelerou ligeiramente para 3,0% em termos homólogos reais (3,1% no trimestre precedente) refletindo, de entre as economias avançadas, um crescimento mais moderado dos EUA e da União Europeia, a par de um enfraquecimento do Japão. De entre os países emergentes, a economia do Brasil deteriorou-se, tendo o PIB registado uma quebra de 6% (-4,5% no 3.º trimestre); o da China foi menos forte; enquanto o da Índia tornou-se mais robusto.

Figura 1.4. PIB do G20, em volume
(VH, em %)



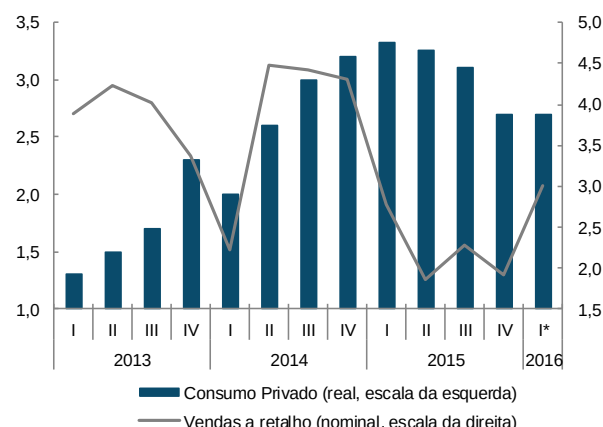
Fonte: OCDE.

Os indicadores disponíveis para o 1.º trimestre de 2016 para os **EUA** indicam uma estabilização da atividade industrial e a continuação de um forte crescimento do consumo privado. Com efeito, no conjunto dos meses de janeiro e fevereiro de 2016 e, em termos homólogos:

- a produção industrial apresentou uma quebra de 0,9% (igual ao 4.º trimestre de 2015) e o indicador de confiança da indústria estabilizou;
- as vendas a retalho aumentaram para 3,0% em termos nominais (1,9% no 4.º trimestre de 2015) e o consumo privado manteve um forte crescimento;
- a taxa de desemprego desceu para 4,9% (5,0% no 4.º trimestre de 2015) e a taxa de inflação homóloga subiu para 1,2% (0,5%, no 4.º trimestre).

Em janeiro de 2016, as exportações de bens continuaram a diminuir, tendo registado uma quebra homóloga de 9,6% em termos nominais (-10,1% em dezembro de 2015).

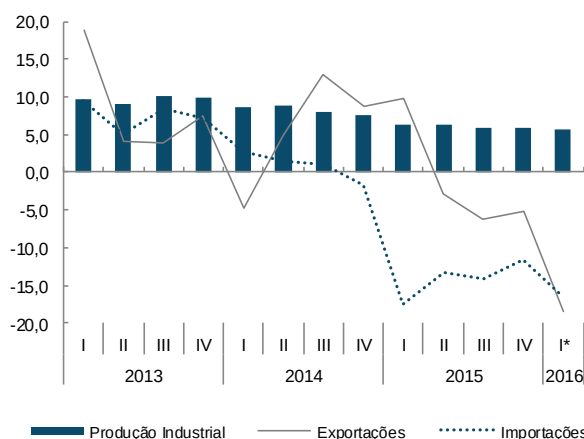
Figura 1.5. Consumo Privado e Vendas a Retalho dos EUA (VH, em %)



Fonte: Bureau of Economic Analysis. Census Bureau. * média dos meses de janeiro e fevereiro.

Os indicadores disponíveis para a **China** sugerem um abrandamento da atividade económica para o 1.º trimestre de 2016. De facto, no conjunto dos meses de janeiro e fevereiro de 2016 e, em termos homólogos, a produção industrial e as vendas a retalho aumentaram 5,7% e 10,7%, respetivamente (5,9% e 11,1% no 4.º trimestre de 2015). As exportações e importações de bens pioraram, tendo registado uma quebra nominal de 18% e 16%, respetivamente (-5,2% e -11,7%, designadamente, no trimestre precedente).

Figura 1.6. Produção Industrial e Comércio Externo de Bens da China (VH nominal, em %)



Fontes: Instituto de Estatística da China; OMC. * Média dos meses de janeiro e fevereiro.

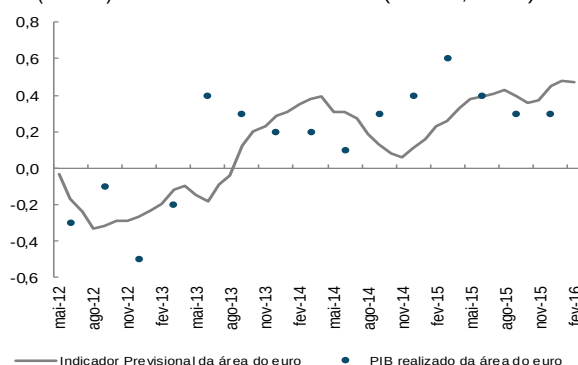
Quadro 1.2. Indicadores de Atividade Económica Extra-UE

Indicador	Unidade	Fonte	2015	2014	2015					2015		2016	
				4T	1T	2T	3T	4T		nov	dez	jan	fev
EUA – PIB real	VH	BEA	2,4	2,5	2,9	2,7	2,1	2,0		-	-	-	-
Índice de Produção Industrial	VH	BGFRS	1,3	4,5	3,5	15	11	-0,9		-12	-18	-0,7	-11
Índice ISM da Indústria Transformadora	%	ISM	51,3	57,6	53,0	52,6	51,0	48,6		48,4	48,0	48,2	49,5
Índice ISM dos Serviços	%	"	60,9	61,0	59,5	60,9	63,0	60,2		58,2	59,5	53,9	57,9
Indicador de Confiança dos Consumidores	SRE	Michigan	92,9	89,8	95,5	94,2	90,7	91,3		91,3	92,6	92,0	91,7
Taxa de Desemprego	%	BLS	5,3	5,7	5,6	5,4	5,2	5,0		5,0	5,0	4,9	4,9
China – PIB real	VH	NBSC	6,9	7,3	7,0	7,0	6,9	6,8		-	-	-	-
Exportações	VH	MC	-2,9	8,7	9,8	-2,9	-6,3	-5,2		-7,0	-17	-11,4	-25,3
Japão – PIB real	VH	COGJ	0,5	-0,9	-10	0,7	17	0,8		-	-	-	-

Atividade Económica da UE

No conjunto dos meses de janeiro e fevereiro de 2016, o indicador de sentimento económico diminuiu tanto para a União Europeia (UE) como para a área do euro (AE), em resultado, sobretudo da deterioração da confiança dos empresários do comércio a retalho e dos serviços. De acordo com o indicador previsional do Banco de Itália, de fevereiro de 2016, o PIB trimestral em cadeia da AE estabilizou, interrompendo o aumento consecutivo dos 3 meses anteriores (+0,3%, no 4.º trimestre de 2015).

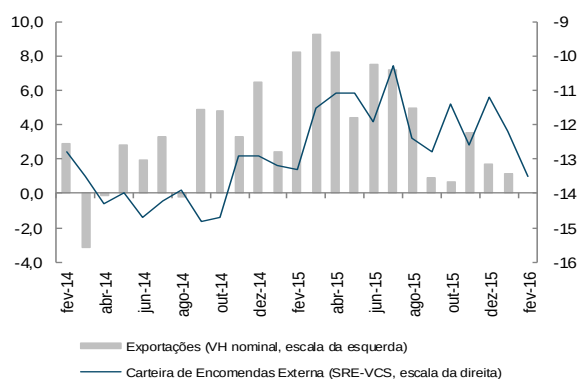
Figura 1.7. Indicador mensal da Área do Euro (€ Coin) e PIB Trimestral da AE (VC real, em %)



Fontes: Banco de Itália; Eurostat.

Os indicadores quantitativos disponíveis para a área do euro no início do ano de 2016, indicam uma melhoria da produção industrial; a manutenção de um crescimento moderado das vendas a retalho e um abrandamento das exportações de bens.

Figura 1.8. Exportações e Encomendas Externas da Área do Euro

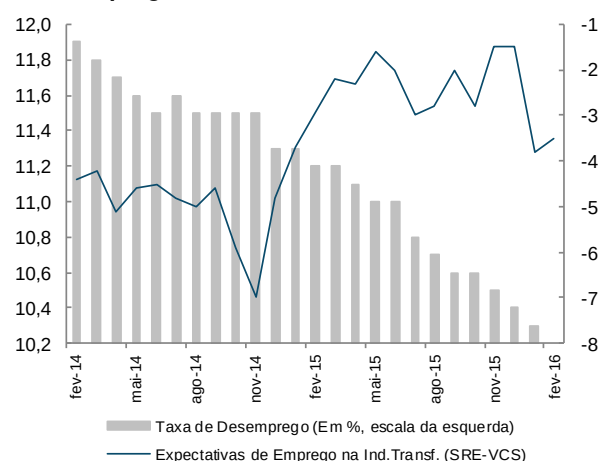


Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

Em janeiro de 2016, a taxa de desemprego diminuiu tanto para a UE como para a AE, para se situar em 8,9% e 10,3%, respetivamente (9% e 10,4%, em dezembro de 2015).

Em fevereiro de 2016, as expectativas dos empresários da área do euro quanto à criação de emprego melhoraram para a indústria transformadora, comércio a retalho e construção, enquanto pioraram para o sector dos serviços.

Figura 1.9. Taxa de Desemprego e Expectativas de Emprego na Indústria da Área do Euro



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

A taxa de inflação homóloga da área do euro recuou para -0,2% em fevereiro de 2016 (+0,3% no mês precedente); enquanto se manteve em +0,1% em termos de variação dos últimos 12 meses. A desaceleração da taxa de inflação homóloga resultou sobretudo de uma quebra mais acentuada dos preços de energia, a qual foi de -8,0% (-5,4% em janeiro).

Na área do euro, os custos horários do trabalho da indústria e dos serviços mercantis mantiveram o crescimento de 1,2% em termos homólogos nominais no 4.º trimestre de 2015.

O emprego total da economia aumentou 1,2% em termos homólogos na AE no 4.º trimestre de 2015 (1,1% no trimestre precedente) acompanhado de um ligeiro abrandamento de produtividade, para +0,4% em termos homólogos, (+0,5%, no 3.º trimestre).

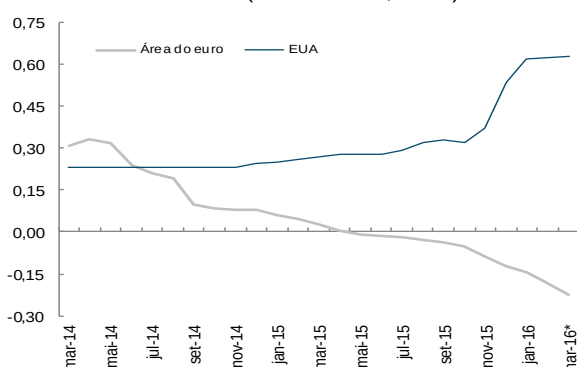
Quadro 1.3. Indicadores de Atividade Económica da UE

Indicador	Unidade	Fonte	2015	2014	2015				2015		2016	
				4T	1T	2T	3T	4T	nov	dez	jan	fev
União Europeia (UE-28) – PIB real	VH	Eurostat	19	14	17	19	19	18	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	106,2	103,7	104,9	105,7	106,6	107,7	107,2	108,5	106,7	105,2
Área do Euro (AE-19) – PIB real	VH	Eurostat	16	10	13	16	16	16	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	104,2	100,8	102,6	103,7	104,5	106,3	106,0	106,7	105,1	103,8
Índice de Produção Industrial	VH	Eurostat	15	0,5	14	13	18	15	2,0	0,4	3,0	:
Índice de Vendas a Retalho	VH real	"	2,5	19	2,4	2,5	3,0	2,1	18	2,1	2,0	:
Taxa de Desemprego	%	"	10,9	11,4	11,2	11,0	10,7	10,5	10,5	10,4	10,3	:
IHPC	VH	"	0,0	0,2	-0,3	0,2	0,1	0,2	0,1	0,2	0,3	-0,2

Mercados Financeiros e Matérias-Primas

Em março de 2016, as taxas de juro de curto prazo prosseguiram o seu movimento descendente para a área do euro, renovando níveis historicamente baixos (para -0,22%, em média, até ao dia 24). A 10 de março, o Conselho do Banco Central Europeu, decidiu, reforçar as medidas de estímulo monetário não convencionais “*quantitative easing*” e diminuir as taxas de juro aplicáveis às operações principais de refinanciamento para 0,00%; à facilidade permanente de cedência de liquidez para 0,25% e à facilidade permanente de depósito para -0,40% (0,05%; 0,30% e -0,30%, anteriormente).

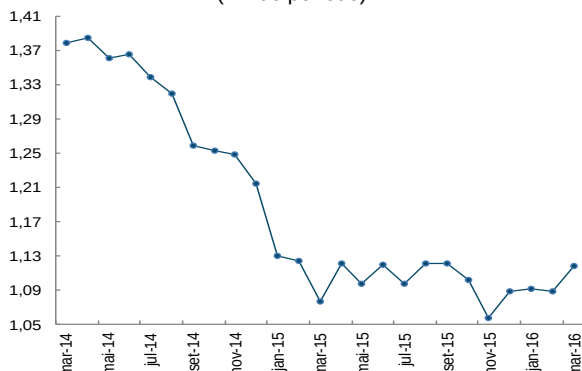
Figura 1.10. Taxa de Juro a 3 meses do Mercado Monetário (Média mensal, em %)



Fonte: BCE; IGCP. * Média até ao dia 24.

Pelo contrário, no mesmo mês, as taxas de juro de curto prazo para os EUA continuaram a apresentar uma tendência ascendente, situando-se, em março, em 0,63%, em média, até ao dia 24 (0,62% em fevereiro).

Figura 1.11. Taxa de Câmbio do Euro face ao Dólar (fim do período)

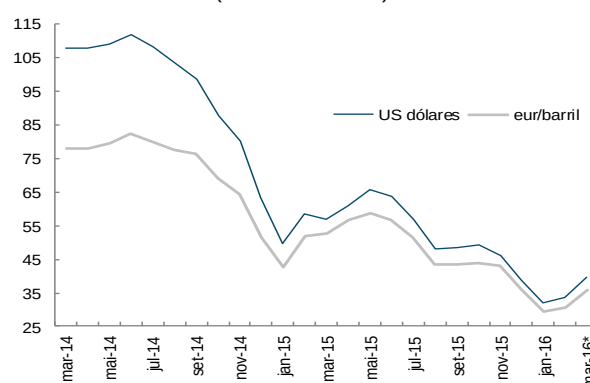


Fonte: Banco de Portugal. Para março, o valor é do dia 24.

Em março de 2016, o euro apreciou-se face ao dólar, causado sobretudo por uma descida do dólar face às principais moedas internacionais. Este fenómeno parece estar, em parte, associado, à revisão em baixa, pela Reserva Federal, do PIB dos EUA para 2016 e de subida das taxas de juro federais. Assim, em março de 2016, o euro situou-se, no dia 24, em 1,12 (representando uma apreciação de 2,6% face ao final de fevereiro) e acima do nível do final de 2015 (1,09).

Em fevereiro de 2016, o índice de preços relativo do preço do petróleo importado subiu para 25,0 (por memória atingiu o valor 100 durante a crise petrolífera de 1979). Em março de 2016, e até dia 24, o preço do petróleo Brent continuou a evoluir no sentido ascendente, para se situar, em média, em cerca de 40 USD/bbl (36€/bbl), fomentado, sobretudo, pelas expectativas de possível acordo entre membros e não-membros da OPEP para reduzir a produção.

Figura 1.12. Preço médio Spot do Petróleo Brent (Em USD e euros)



Fontes: DGEG, IGCP e BP. * Média até ao dia 24.

No conjunto dos meses de janeiro e fevereiro de 2016, o preço das matérias-primas não energéticas acelerou, tendo diminuído 15% em termos homólogos (-19% no 4.º trimestre de 2015) tendência para a qual contribuiu sobretudo a evolução ascendente dos preços dos metais e dos produtos alimentares.

Quadro 1.4. Indicadores Monetários e Financeiros Internacionais

Indicador	Unidade	Fonte	2015	2014					2015				2016	
				4T	1T	2T	3T	4T	nov	dez	jan	fev		
Taxa Euribor a 3 meses*	%	BP	-0,13	0,08	0,02	-0,01	-0,04	-0,13	-0,11	-0,13	-0,16	-0,21		
Yield OT 10 anos – EUA**	%	Eurostat	2,13	2,27	1,96	2,16	2,21	2,18	2,26	2,24	2,08	1,77		
Yield OT 10 anos – Área do euro**	%	"	1,27	1,59	1,15	1,29	1,47	1,18	1,16	1,19	1,11	1,04		
Taxa de Câmbio*	Eur/USD	BP	1,089	1,214	1,076	1,119	1,120	1,089	1,058	1,089	1,092	1,089		
Dow Jones*	VC	Yahoo	-2,2	4,6	-0,3	-0,9	-7,6	7,0	0,3	-1,7	-5,5	0,3		
DJ Euro Stoxx50*	VC	"	3,8	-2,5	17,5	-7,4	-9,5	5,4	2,6	-6,8	-6,8	-3,3		
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	USD/bbl	DGEG	53,63	77,06	55,07	63,47	51,22	44,78	46,03	38,96	32,08	33,52		
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	VH	"	-46,1	-29,5	-49,0	-42,1	-50,5	-41,9	-42,5	-38,5	-35,2	-43,0		
Spot do Petróleo Brent em euros/bbl**	VH	DGEG e BP	-35,5	-23,3	-37,9	-28,2	-41,0	-33,7	-33,2	-30,2	-30,7	-41,0		
Preço Relativo do Petróleo em euros***	1979=100	GEE	43,4	60,1	44,9	51,0	41,7	36,7	38,3	31,7	22,6	25,0		

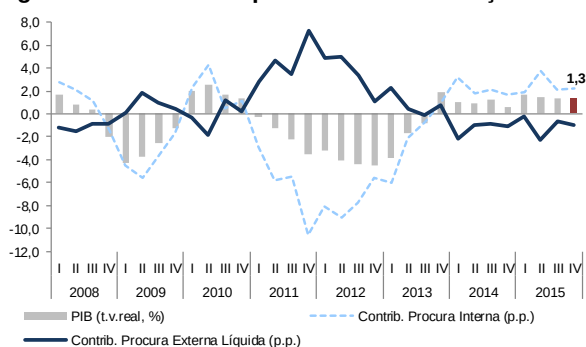
* Fim de período; ** Valores médios; *** Preço Relativo do Petróleo é o rácio entre o preço de importação de ramas de petróleo bruto em euros e o deflador do PIB em Portugal (sempre que não haja deflador, utiliza-se o último deflador conhecido). Nota: O preço do Petróleo Brent de 2009 a 2016 corresponde à média diária do IGCP.

2. Conjuntura Nacional

Atividade Económica e Oferta

As Contas Nacionais Trimestrais do INE para o 4.º trimestre de 2015 apontam para um crescimento homólogo de 1,3% do PIB (1,4% no trimestre precedente). Este valor fica a dever-se a um contributo positivo da procura interna igual ao do 3.º trimestre de 2015 (2,1 p.p.), que contrasta com um contributo mais negativo da procura externa líquida (-0,9 p.p. que compara com os -0,7 p.p. do trimestre terminado em setembro de 2015). Para o conjunto do ano de 2015, o PIB registou um crescimento homólogo de 1,5%, que compara com 0,9% em 2014. Esta evolução é explicada por um contributo da procura interna (2,5 p.p.) superior ao verificado em 2014 (2,2 p.p.) e por um contributo menos negativo da procura externa líquida (-1,3 p.p. e -1,0 p.p., respetivamente).

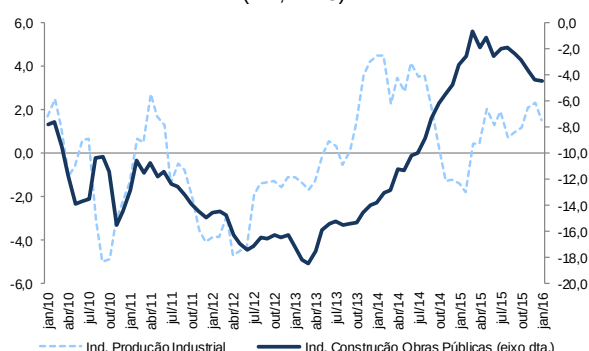
Figura 2.1. Contributo para a Taxa de Variação do PIB



Fonte: INE.

No trimestre terminado em janeiro de 2016, o indicador de atividade económica do INE registou uma desaceleração (variação homóloga de 2,3%, que compara com 2,6% em dezembro de 2015).

Figura 2.2. Índices de Produção (VH, MM3)



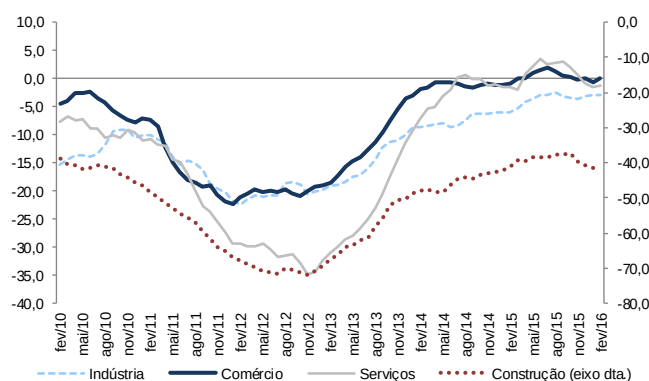
Fonte: INE.

Os dados quantitativos disponíveis relativos ao trimestre terminado no mês de janeiro, mostram que, em termos homólogos:

- na indústria transformadora, o índice de produção aumentou 1,5% e o índice de volume de negócios apresentou uma variação de -1,7% (2,3% e -1,5% no 4.º trimestre de 2015, respetivamente);
- o índice de produção na construção e obras públicas apresentou uma quebra de 4,5% quando no último trimestre apresentava uma variação homóloga de -4,3%;
- o índice de volume de negócios nos serviços apresentou uma variação face ao período homólogo de -3,1% (+0,6 p.p. face ao 4.º trimestre do ano);
- o índice de volume de negócios no comércio a retalho aumentou 0,5%, valor inferior em 0,7 p.p. inferior ao verificado no trimestre terminado em dezembro.

No trimestre terminado em fevereiro, assistiu-se a uma estabilização do indicador de confiança na indústria e a uma melhoria no setor da construção, do comércio a retalho e dos serviços.

Figura 2.3. Indicadores de Confiança (SRE, MM3)



Fonte: INE.

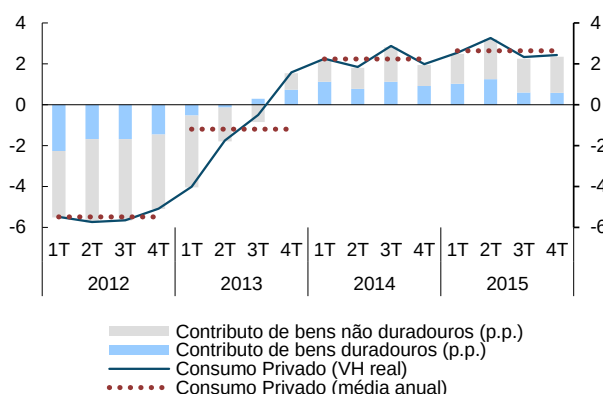
Quadro 2.1. Indicadores de Atividade Económica e Oferta

Indicador	Unidade	Fonte	2015	2014					2015			2016	
				4T	1T	2T	3T	4T	out	nov	dez	jan	fev
PIB – CN Trimestrais	VH Real	INE	15	0,6	17	15	14	13	:	:	:	:	:
Indicador de Clima Económico	SRE-VE	"	0,9	0,2	0,6	13	13	0,7	11	0,9	0,7	0,6	0,7
Indicador de Confiança da Indústria	SRE-VCS	"	-3,7	-6,1	-5,4	-2,9	-3,1	-3,3	-3,7	-3,4	-2,8	-2,5	-3,4
Indicador de Confiança do Comércio	"	"	0,5	-13	-0,1	13	0,6	0,0	13	-10	-0,2	-0,8	10
Indicador de Confiança dos Serviços	"	"	0,9	-10	-19	3,4	2,9	-0,8	19	-2,7	-17	-0,5	-14
Indicador de Confiança da Construção	"	"	-39,1	-42,8	-39,3	-38,6	-37,6	-40,8	-38,6	-42,0	-41,9	-40,1	-38,5
Índice de Produção Industrial – Ind. Transf.	VH	"	12	-12	0,4	13	0,9	2,3	2,6	12	3,2	0,2	:
Índice de Volume de Negócios – Ind. Transf.	"	"	0,2	-19	-0,5	2,6	0,1	-15	-4,0	0,2	-0,3	-4,5	:
Índice de Volume de Negócios - Serviços	"	"	-2,1	-3,1	-2,2	-13	-12	-3,7	-3,8	-4,3	-2,9	-2,2	:

Consumo Privado

No último trimestre de 2015, o Consumo Privado, em termos reais, registou um crescimento de 2,4% (+0,1 p.p. do que no trimestre precedente), resultado de um contributo positivo dos bens duradouros e dos bens não duradouros. Em termos anuais, o crescimento desta componente fixou-se nos 2,6%, com a componente dos bens duradouros a registar um contributo de 0,9 p.p. e os bens não duradouros a contribuir com 1,7 p.p..

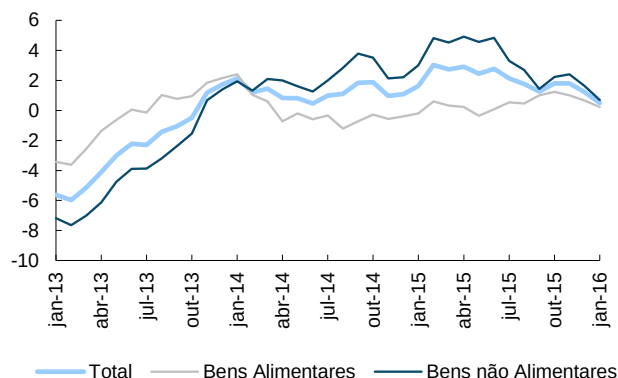
Figura 2.4. Consumo Privado e Contributos
(VH, %)



Fonte: INE.

No trimestre terminado em janeiro de 2016, o Índice de Volume de Negócios no Comércio a retalho cresceu 0,5%, uma desaceleração de 0,7 p.p. face ao valor registado no quarto trimestre de 2015. Esta tendência foi partilhada tanto pela componente alimentar e pela componente não alimentar, com um crescimento de 0,2% e 0,7%, respetivamente.

Figura 2.5. Índice do Volume de Negócios no Comércio a Retalho (MM3,VH)



Fonte: INE.

Quadro 2.2. Indicadores de Consumo Privado

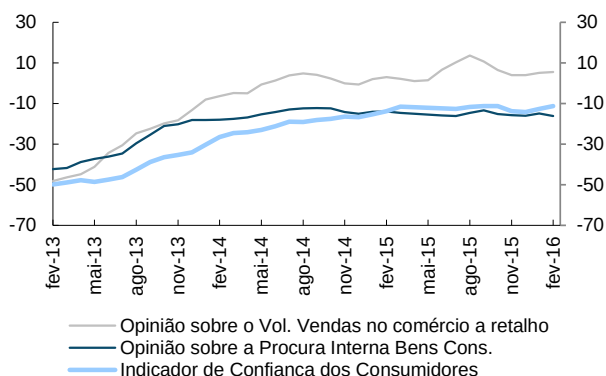
Indicadores de Consumo Privado

Indicador	Unidade	Fonte	2015	2014			2015			2015			2016	
				4T	1T	2T	3T	4T		out	nov	dez	jan	fev
Consumo Privado - CN Trimestrais	VH real	INE	2,6	2,0	2,6	3,3	2,3	2,4		-	-	-	-	-
Indicador de Confiança dos Consumidores	SER-VE	"	-12,3	-16,7	-11,5	-12,4	-11,2	-14,1		-13,4	-17,3	-11,7	-8,8	-13,3
Confiança Comércio Retalho: Vendas últimos 3 meses	SER-VE	"	5,9	-0,7	2,2	6,6	10,7	4,1		2,9	4,2	5,1	6,3	5,2
Índice de Vol. De Negócios no Comércio a Retalho*	VH	"	2,0	1,1	2,7	2,8	1,3	1,2		3,4	0,8	-0,5	1,2	:
Bens Alimentares	VH	"	0,5	-0,4	0,3	0,1	1,0	0,7		2,8	-1,7	1,0	1,4	:
Bens não alimentares	VH	"	3,1	2,2	4,5	4,8	1,4	1,6		3,8	2,7	-1,5	1,0	:
Vendas de Automóveis Ligeiros de Passageiros**	VH	ACAP	25,0	33,5	36,1	30,1	18,9	13,6		16,3	14,1	10,4	17,8	26,0
Importação de Bens de Consumo***	VH	INE	8,2	5,9	8,0	13,7	7,0	4,6		2,2	6,3	5,7	3,9	:

* Índices deflacionados, corrigidos de sazonalidade e de dias úteis; ** Inclui veículos Todo-o-Terreno e Monovolumes com mais de 2300 Kg; *** Exclui material de transporte.

Nos dois primeiros meses de 2016, e quando comparado com o último trimestre de 2015, o índice de confiança dos consumidores apresentou uma melhoria, comportamento partilhado pelo indicador qualitativo de oportunidade de aquisição de bens duradouros e pelo indicador de opinião dos empresários relativo ao volume de vendas no comércio a retalho. Em sentido inverso, o indicador de opinião dos empresários relativo à procura interna de bens de consumo deteriorou-se, em igual período.

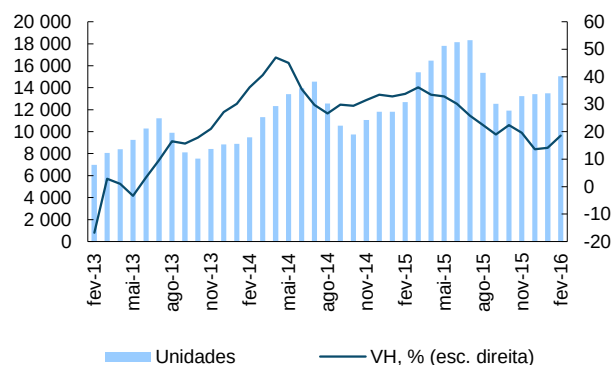
Figura 2.6. Opiniões dos Empresários e Confiança dos Consumidores
(SRE-VE, MM3)



Fonte: INE.

Em fevereiro de 2016 foram vendidos 18 025 veículos automóveis ligeiros de passageiros, mais 4 083 do que em janeiro e mais 26% do que no período homólogo.

Figura 2.7. Venda de Automóveis Ligeiros de Passageiros
(MM3)



Fonte: ACAP.

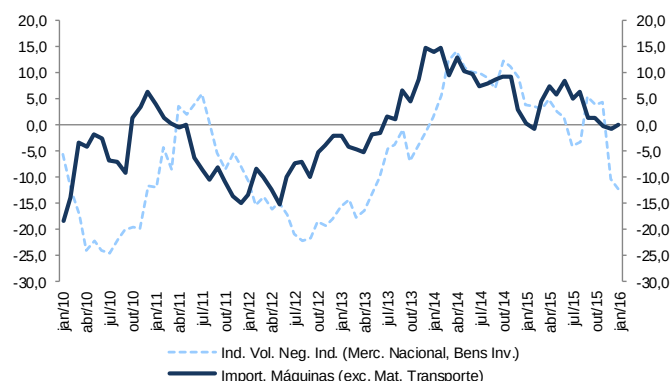
Investimento

De acordo com as Contas Nacionais Trimestrais do INE, no 4.º trimestre de 2015, em termos homólogos reais, a FBCF registou um crescimento de 0,2%, 1,8 p.p. inferior ao observado nos três meses precedentes. Para esta evolução concorreu a componente de equipamento de transporte, com uma variação homóloga de 9,5% que compara com 36,3% no trimestre anterior. O investimento em outras máquinas e equipamentos registou uma variação de -7,1% (-2,9% no trimestre terminado em setembro de 2015), conquanto o investimento em construção aumentou 4,4% (+2,3 p.p. face ao trimestre precedente).

Os dados disponíveis para o investimento nos meses de janeiro e de fevereiro, mostram que, em termos médios homólogos:

- as vendas de veículos comerciais ligeiros cresceram 4,3% (-5,7 p.p. face ao trimestre terminado em dezembro) acompanhadas pela variação de 36,2% na venda de veículos comerciais pesados (aceleração de 26,4 p.p. face ao período precedente);
- as vendas de cimento registaram uma variação de -7,4% (-15,4 p.p. quando comparado com os três meses precedentes);
- as opiniões dos empresários sobre o volume de vendas de bens de investimento no comércio por grosso registaram uma melhoria.

Figura 2.8. Bens de Equipamento
(VH, MM3)



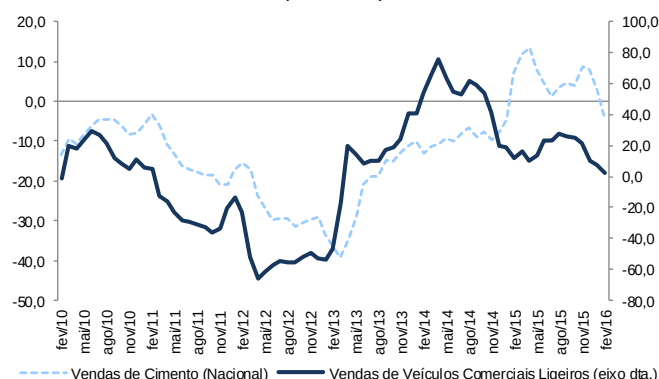
Fonte: INE.

Quadro 2.3 Indicadores de Investimento

Indicador	Unidade	Fonte	2015	2014	2015				2015			2016	
				4T	1T	2T	3T	4T	out	nov	dez	jan	fev
FBC – CN Trimestrais	VH Real	INE	3,9	4,3	13	8,8	2,4	3,4	:	:	:	:	:
da qual, FBCF	VH Real	INE	3,9	2,8	8,6	5,2	2,0	0,2	:	:	:	:	:
Indicador de FBCF	VH/mm3	"	5,6	14	9,0	2,8	5,3	5,2	6,8	4,7	5,2	3,3	:
Vendas de Cimento	VH	SECIL e CIMPOR	6,9	-7,9	11,9	4,2	4,4	8,0	0,6	22,3	3,2	-15,8	17
Vendas de Veículos Comerciais Ligeiros	VH	ACAP	17,9	19,7	16,4	23,6	25,5	10,0	15,3	19,3	0,2	5,5	3,2
Vendas de Veículos Comerciais Pesados	VH	"	27,6	10,8	23,4	59,2	35,6	9,8	22,3	7,9	0,9	28,1	48,0
Volume Vendas Bens de Investimento*	SRE-VE	INE	-3,2	7,1	3,8	-7,2	-6,2	-3,5	-11,1	12	-0,4	3,7	-8,1
Licenças de Construção de fogos	VH	"	20,2	17,1	18,4	22,0	16,8	23,2	29,1	16,1	24,5	12	:
Importações de Bens de Capital**	VH	"	3,2	2,9	4,4	8,4	13	-0,7	-10	-16	0,6	12	:
Índice Vol. Negócios da IT de Bens de Inv.***	VH	"	-0,5	9,1	3,1	15	5,3	-10,3	-10,9	17	-19,6	-18,8	:

* no Comércio por Grosso; ** excepto Material de Transporte; *** para o Mercado nacional

Figura 2.9. Vendas de Cimento e de Veículos Comerciais Ligeiros
(VH, MM3)



Fonte: INE.

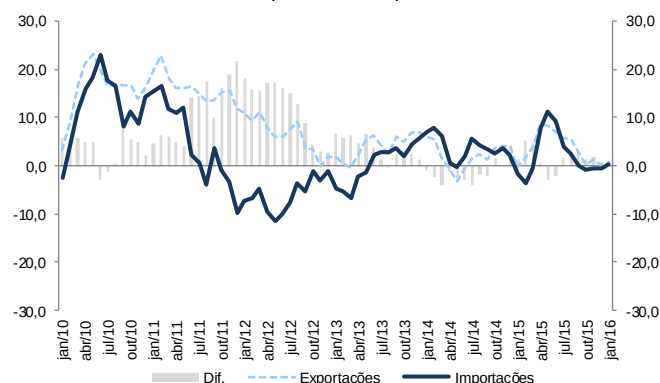
Os dados quantitativos disponíveis relativos ao trimestre terminado em janeiro, mostram que, em termos homólogos:

- o índice de volume de negócios da indústria de bens de investimento para o mercado nacional registou um decréscimo de -12,5% (-10,3% no 4.º trimestre de 2015);
- a importação máquinas e outros de bens de capital excepto material de transporte registou uma variação nula (0,7 p.p. superior ao registado no trimestre terminado em dezembro);
- as licenças de construção de fogos aumentaram 13,6% (23,2% no trimestre anterior).

Contas Externas

Em termos médios homólogos nominais, os dados relativos ao comércio internacional de bens, divulgados pelo INE para o mês de janeiro, apontam para um crescimento de 0,3% das importações e um aumento das exportações em 0,7% (-0,5% e 0,2% no 4.º trimestre, respetivamente).

Figura 2.10. Fluxos do Comércio Internacional
(VH, MM3, %)



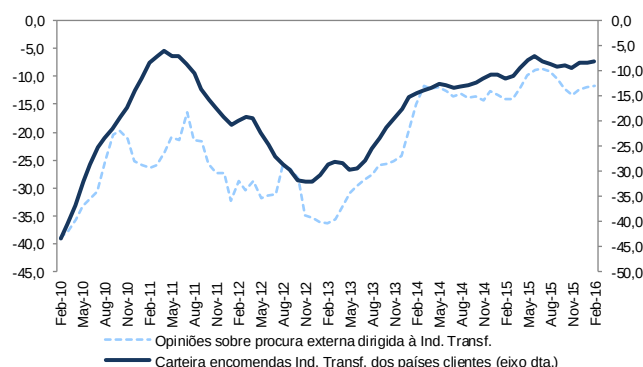
Fonte: INE.

Para o trimestre terminado em janeiro, e em termos homólogos nominais:

- a componente extracomunitária das exportações diminuiu 11,1%, uma aceleração de 1,1 p.p. face ao registado no 4.º trimestre. As exportações para o mercado intracomunitário aumentaram 5,3%, valor inferior aos 5,7% registados no 4.º trimestre do ano;
- as importações de bens, no mercado intracomunitário cresceram 1,9% enquanto, no mercado extracomunitário verificou-se uma diminuição de 4,8% (1,4% e -6,7% no trimestre terminado em dezembro, respetivamente). Estes resultados permitem que a taxa de cobertura do comércio internacional de bens, se situe atualmente em 85,3% (85,7% em igual período de 2015).

No trimestre terminado em fevereiro, as opiniões sobre a procura externa na indústria foram mais favoráveis quando comparadas com os três meses anteriores.

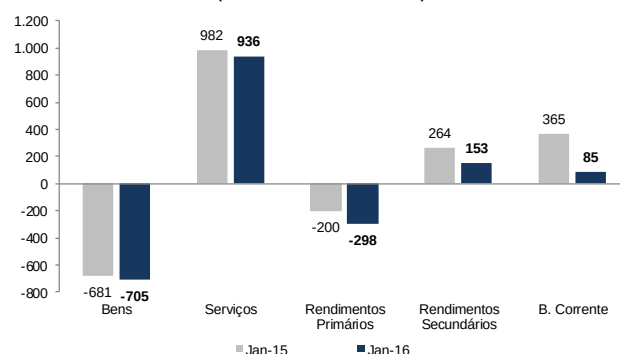
Figura 2.11. Procura Externa dirigida à Indústria



Fonte: INE.

Em janeiro de 2016, o excedente acumulado da balança corrente foi de 85 milhões de euros, o que representa uma diminuição de 280 milhões de euros em termos homólogos. Este resultado traduz uma deterioração no saldo de todas as balanças, face ao mês de janeiro de 2015.

Figura 2.12. Balança Corrente: composição do saldo
(em milhões de euros)



Fonte: BdP. Séries ajustadas de sazonalidade.

No mesmo período, a balança corrente e de capital apresentou uma capacidade de financiamento de 141 milhões de euros (um saldo inferior ao excedente de 498 milhões de euros registado em janeiro de 2015).

Quadro 2.4. Indicadores de Contas Externas

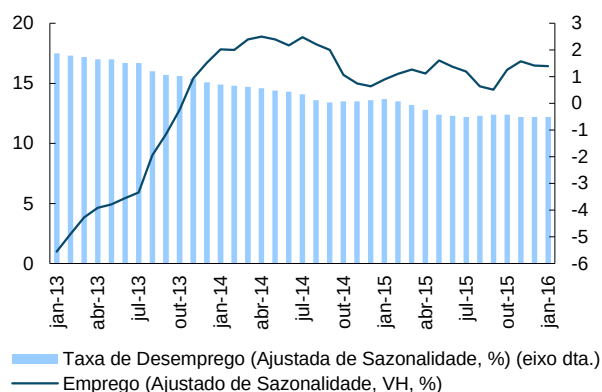
Indicador	Unidade	Fonte	2015	2014	2015					2015					2016
				4T	1T	2T	3T	4T		set	out	nov	dez	jan	
Exportações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	INE	5,2	3,8	5,6	7,1	7,1	4,0		:	:	:	:	:	
Importações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	"	7,4	6,0	8,5	7,3	12,5	5,4		:	:	:	:	:	
Saldo de Bens e Serviços	% PIB	"	0,8	2,6	-0,6	-0,4	-0,2	3,6		:	:	:	:	:	
Capacidade de financiamento da economia	% PIB	"	1,1	3,8	1,9	-0,2	-1,9	4,4		:	:	:	:	:	
Saídas de Bens	VH nom	"	3,6	4,1	4,1	7,3	3,0	0,2		16	-2,3	5,1	-2,1	-1,5	
Entradas de Bens	VH nom	"	2,0	2,3	-0,6	9,4	0,0	-0,5		-0,4	-3,1	2,0	-0,1	-1,0	

Indicador	Unidade	Fonte	2015	2014	2015					2015	2016	Dif.
				4T	1T	2T	3T	4T		jan	jan	
Saldo Balança Corrente e de Capital	10 ⁶ euros	BdP	3 912	1135	1197	406	1115	1194		498	141	-357
Saldo Balança de Bens	"	"	-8 790	-2180	-2077	-2576	-2098	-2039		-681	-705	-25
Saldo Balança de Serviços	"	"	11938	2785	2946	2997	2998	2997		982	936	-45
Saldo Balança de Rendimentos Primários	"	"	-3 176	-575	-672	-923	-586	-995		-200	-298	-99
Saldo Balança de Rendimentos Secundários	"	"	1688	424	538	291	383	476		264	153	-111

Mercado de Trabalho

As mais recentes estimativas do INE apontam para uma taxa de desemprego de 12,2% em janeiro de 2016, valor idêntico ao de dezembro e inferior em 1,5 p.p. ao registado no mês homólogo. Para esta evolução contribuiu o crescimento do Emprego em 1,4% (estabilização face ao mês anterior).

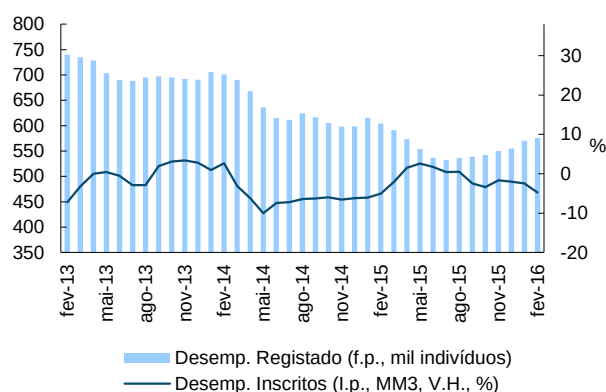
Figura 2.13. Taxa de Desemprego e Emprego



Fonte: INE.

De acordo com o IEFP, no final de fevereiro estavam registados 576 mil indivíduos nos centros de emprego, o que traduz uma diminuição homóloga de 4,7%. Também o desemprego registado ao longo do período apresentou uma quebra de 3,7%, para os 54 mil pedidos.

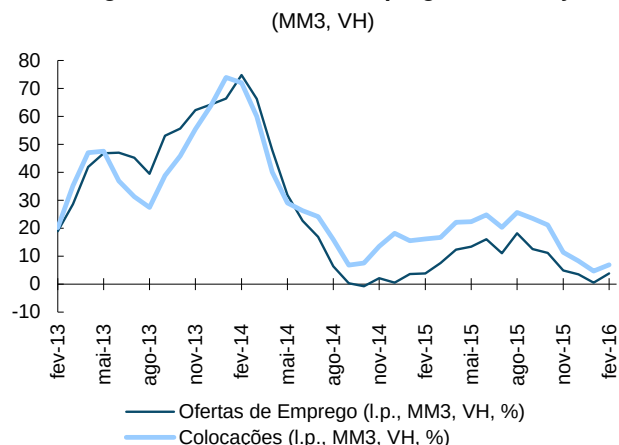
Figura 2.14. Desemprego



Fonte: IEFP.

Em igual período, tanto as ofertas como as colocações registaram um aumento, crescendo 14,3% e 9,4% respetivamente, valores que traduzem uma aceleração face ao mês anterior. Esta evolução levou a que o rácio entre ofertas e colocações se fixasse nos 61,4%, menos 8 p.p. do que em janeiro.

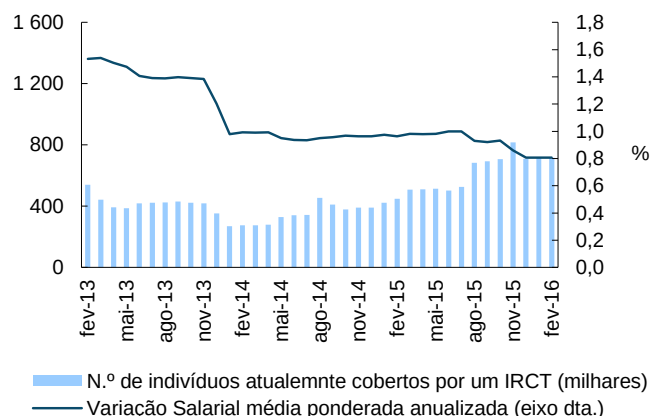
Figura 2.15. Ofertas de Emprego e Colocações



Fonte: IEFP.

No final de fevereiro de 2016, estima-se que perto de 718 mil trabalhadores estivessem abrangidos por Instrumentos de Regulação Coletiva de Trabalho, mais 60,3% do que em igual período de 2015. Já o aumento remunerações médias implícitas permaneceu nos 0,8%.

Figura 2.16. Contratação Coletiva



Fonte: MTSSS, cálculos GPEARI.

Quadro 2.5. Indicadores do Mercado de Trabalho

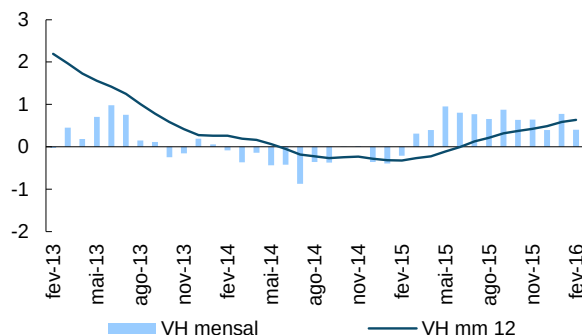
Indicador	Unidade	Fonte	2015	2014					2015			2016	
				4T	1T	2T	3T	4T	out	nov	dez	jan	fev
Taxa de Desemprego*	%	INE	12,4	13,5	13,7	11,9	11,9	12,2	12,4	12,2	12,2	12,2	:
Emprego Total*	VH	"	1,1	0,5	1,1	1,5	0,2	1,6	1,3	1,6	1,4	1,4	:
Desemprego Registado (f.p.)	VH	IEFP	-7,3	-13,3	-14,4	-12,7	-12,6	-7,3	-10,5	-8,0	-7,3	-7,4	-4,7
Desempregados Inscritos (l.p.)	VH	"	-1,3	-6,2	-2,1	1,8	-2,4	-2,0	-4,3	3,0	-4,6	-5,7	-3,7
Ofertas de Emprego (l.p.)	VH	"	10,1	0,6	7,5	16,1	12,6	3,6	5,9	4,7	-1,2	-1,8	14,3
Contratação Coletiva	VHA	MTSSS	0,8	1,0	1,0	1,0	0,9	0,8	0,9	0,9	0,8	0,8	0,8
Índice do Custo do Trabalho** - Portugal	VH	INE	1,8	-9,4	4,6	1,9	-0,9	2,0	-	-	-	-	-
Índice do Custo do Trabalho** - AE	VH	Eurostat	:	1,2	2,0	1,8	1,2	:	-	-	-	-	-

*Valores Trimestrais do Inquérito Trimestral ao Trabalho. Valores mensais das Estimativas Mensais (ajustadas de sazonalidade). **Total, excluindo Administração Pública, Educação, Saúde e Outras Atividades; f.p. - no fim do período; l.p. ao longo do período.

Preços

Em fevereiro de 2016, o índice de Preços no Consumidor (IPC) registou uma variação homóloga de 0,4%, metade do registado em janeiro. Em termos médios homólogos dos últimos 12 meses, a variação foi, à semelhança do mês anterior, de 0,6%.

Figura 2.17. Taxa de Variação do IPC
(VH, %)

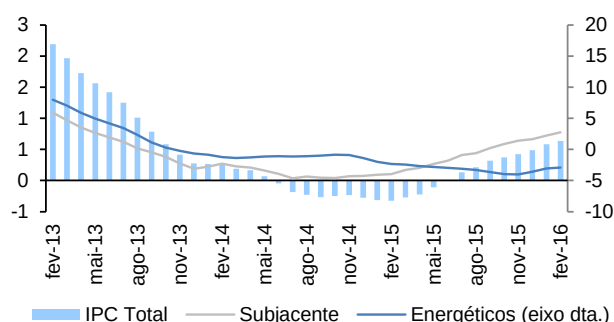


Fonte: INE.

Em igual período, o IPC dos Bens registou um decréscimo homólogo de 0,5% (+0,2% em janeiro), enquanto o IPC dos Serviços aumentou 1,6% (1,5% no mês precedente).

Já o IPC subjacente, isto é, o IPC excluindo produtos energéticos e alimentares não processados, cresceu 0,9%, mais 0,5 p.p. do que o IPC total, evolução que reflete uma quebra do preço dos produtos energéticos (3,9%) e, em menor escala, dos bens alimentares não processados (-0,1%).

Figura 2.18. Taxa de Variação do IPC (Subjacente e Energéticos)
(MM12, VH, %)



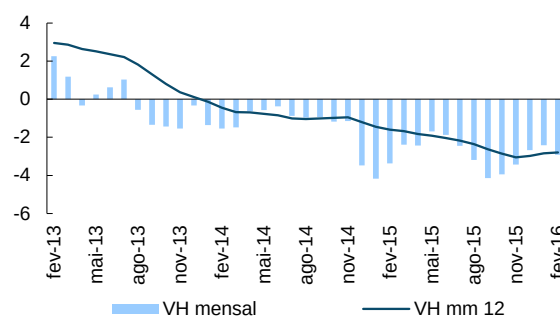
Fonte: INE.

Relativamente às classes do IPC, constata-se que as que registaram a maior quebra foram os Transportes (-1,3%) e os Produtos Alimentares (-0,2%), enquanto as Bebidas Alcoólicas e Tabaco e a Comunicação foram as que mais aumentaram (4,1% e 4% respetivamente).

O Índice Harmonizado de Preços no Consumidor registou, em Portugal, uma variação homóloga de 0,2%, metade da do IPC (0,4%), enquanto a zona euro apresentou uma variação negativa de 0,2%, levando a que o diferencial entre as duas fosse de 0,4 p.p.

O Índice de Preços na Produção Industrial apresentou, em fevereiro de 2016, uma variação homóloga de -2,9%, o que compara com os -2,4% do mês precedente.

Figura 2.19. Taxa de Variação do IPPI
(VH, %)



Fonte: INE.

As Indústrias Transformadoras foram as principais determinantes desta evolução, com uma quebra de 3,2%. Relativamente aos grandes agrupamentos industriais, apenas os Bens de Consumo Duradouros registaram uma variação homóloga positiva (0,3%). Também de assinalar a quebra de 8,1% no agrupamento da Energia.

Quadro 2.6. Indicadores de Preços

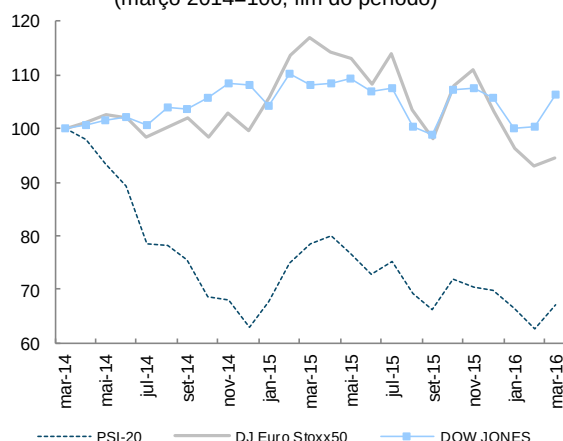
Indicador	Unidade	Fonte	2015	2015							2016	
				jun	jul	ago	set	out	nov	dez	jan	fev
Índice de Preços no Consumidor	VC	INE	:	-0,1	-0,7	-0,3	0,8	0,1	-0,2	-0,3	-1,0	-0,4
Índice de Preços no Consumidor	VH	INE	0,5	0,8	0,8	0,7	0,9	0,6	0,6	0,4	0,8	0,4
Índice de Preços no Consumidor	VM12	"	:	0,0	0,1	0,2	0,3	0,4	0,4	0,5	0,6	0,6
IPC - Bens	VH	"	-0,1	0,5	0,4	0,3	0,3	0,0	-0,1	-0,1	0,2	-0,5
IPC - Serviços	"	"	1,3	1,2	1,3	1,2	1,7	1,6	1,8	1,1	1,5	1,6
IPC Subjacente*	"	"	0,7	0,6	0,7	0,7	1,1	0,9	1,0	0,5	1,0	0,9
Índice de Preços na Produção industrial	VH	"	-3,0	-1,9	-2,4	-3,2	-4,1	-3,9	-3,4	-2,7	-2,4	-2,9
IHPC	"	"	0,5	0,8	0,7	0,7	0,9	0,7	0,6	0,3	0,7	0,2
Diferencial IHPC PT vs. AE	p.p.	Eurostat	0,5	0,5	0,5	0,5	1,0	0,6	0,5	0,1	0,4	0,3

*IPC subjacente exclui os bens alimentares não transformados e energéticos.

Mercado de Capitais, Crédito e Taxas de Juro

No primeiro trimestre de 2016, os índices bolsistas europeus evoluíram desfavoravelmente, influenciados, por preocupações com o crescimento mundial e com a solidez do sistema financeiro, tendo os setores financeiro e energético liderado as perdas. Assim, em março de 2016 e, no dia 24, face ao final do ano de 2015, o índice *Euro Stoxx50* deprecia-se quase 9% (invertendo o registo de uma variação positiva no 4.º trimestre de 2015).

Figura 2.20. Índices Bolsistas
(março 2014=100, fim do período)

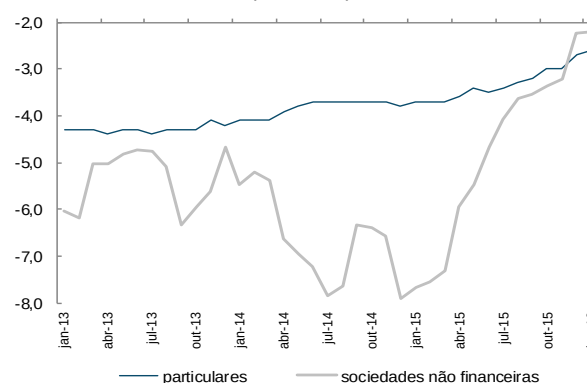


Fontes: CMVM; Finance Yahoo. Para março, o valor é do dia 24.

À semelhança da descida dos índices bolsistas da área do euro, o índice PSI-20 também se desvalorizou no 1.º trimestre. Com efeito, em março de 2016 e, no dia 24, o índice PSI-20 deprecia-se 4% face ao final do ano de 2015 (+5,3% no 4.º trimestre de 2015). Adicionalmente, a partir do dia 21, o índice PSI-20 passou a integrar 18 empresas (em vez de 17) devido à entrada da Corticeira Amorim, Montepio e Sonae Capital e saída da Impresa e Teixeira Duarte.

Em janeiro de 2016, a taxa de variação anual dos empréstimos ao sector privado não financeiro foi de -2,4% em termos anuais (-2,5%, no mês precedente). A melhoria registada deu-se no crédito atribuído aos particulares; visto que o concedido às empresas não financeiras manteve a mesma variação.

Figura 2.21. Empréstimos ao Setor Privado
(va, em %)

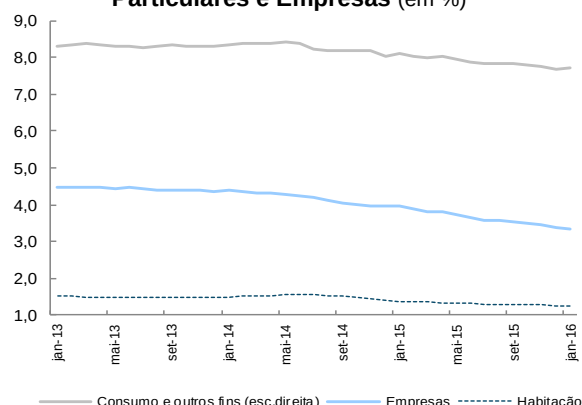


Fonte: Banco de Portugal.

De facto, a variação do crédito destinado aos particulares situou-se em -2,6% em janeiro de 2016 (-2,7% em dezembro de 2015) resultando de uma evolução mais favorável em todos os segmentos, com destaque para o crédito para outros fins e ao consumo.

As taxas de juro das operações do crédito diminuíram em janeiro de 2016, tanto para as empresas como para os particulares; tendo este recuo sido mais acentuado para o primeiro caso (-61 p.b. face ao período homólogo).

Figura 2.22. Taxas de Juro de Empréstimos a Particulares e Empresas (em %)



Fonte: Banco de Portugal.

Quadro 2.7. Indicadores Monetários e Financeiros

Indicador	Unidade	Fonte	2015	2015							2016	
				jun	jul	ago	set	out	nov	dez	jan	fev
Yield OT 10 anos PT*	%	IGCP	2,5	3,0	2,4	2,6	2,4	2,5	2,3	2,5	2,9	2,9
Yield OT 10 – Spread Portugal face a Alemanha*	p.b.	"	186	223	174	184	180	201	184	186	254	283
PSI 20*	VC	CMVM	10,7	-4,9	2,9	-8,0	-4,1	8,3	-2,2	-0,7	-4,7	-5,9
Empréstimos a particulares: - para habitação	va**	BP	-3,3	-3,8	-3,7	-3,7	-3,6	-3,5	-3,5	-3,3	-3,2	:
- para consumo	va**	"	2,8	-0,5	-0,6	-0,1	0,3	0,9	1,3	2,8	3,1	:
Empréstimos a empresas	va**	"	-2,2	-4,7	-4,1	-3,6	-3,5	-3,4	-3,2	-2,2	-2,2	:
Taxa de Juro de empréstimos p/ habitação*	%	"	125	130	129	128	127	126	126	125	124	:
Taxa de Juro de empréstimos p/ empresas*	%	"	3,37	3,64	3,57	3,59	3,55	3,51	3,46	3,37	3,35	:

* Fim de período; ** Variação anual. Nota: As taxas de variação anual são calculadas com base na relação entre saldos de empréstimos bancários em fim de mês, ajustados de operações de titularização, e transações mensais, as quais são calculadas a partir de saldos corrigidos de reclassificações, de abatimentos ao activo e de reavaliações cambiais e de preço.

Finanças Públicas

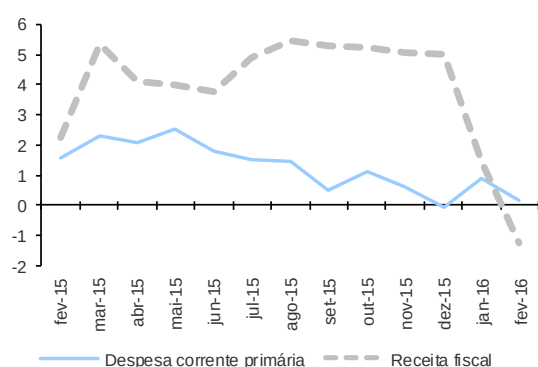
Até ao final de fevereiro de 2016, a execução orçamental do sector das Administrações Públicas apresentava um Saldo Global positivo superior a 15 milhões de euros, valor que, quando confrontado com o que se registou no período homólogo do ano anterior (um défice de mais de 229 milhões de euros) revela uma evolução claramente positiva. Para esta melhoria concorreram todos os subsectores das AP com exceção do Estado que, aliás, mostra um agravamento do seu défice (no período em análise, esta variável ultrapassou os 1200 milhões de euros,). De realçar que também os saldos corrente e primário das Administrações Públicas apresentam evoluções positivas, com excedentes que mostram aumentos de, respetivamente, cerca de 31 milhões de euros e 594 milhões de euros em relação aos valores apurados no período homólogo do ano anterior. Já o saldo de capital mantém-se deficitário, embora o seu valor tenha passado, no mesmo espaço de tempo, de -548 para -335 milhões de euros.

Estado

Até final de fevereiro de 2016, a execução orçamental do subsector Estado registou um saldo global negativo de 1206 milhões de euros, o que representa um agravamento deste indicador em cerca de 243 milhões de euros relativamente ao período homólogo de 2015.

No que toca ao saldo primário, a sua evolução no período em análise mostra um crescimento do respetivo excedente quando confrontado com o registado no mês homólogo do ano anterior — esta variável fixou-se nos 218 milhões de euros no final de fevereiro de 2016.

Figura 2.23. Execução Orçamental do Estado
(VHA, em %)



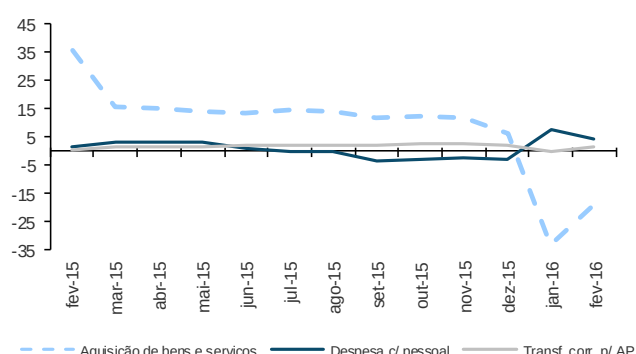
Fonte: DGO.

O referido agravamento do Saldo Global resulta de um crescimento da receita efetiva (2,2% em relação ao período homólogo de 2015) muito inferior ao aumento verificado na despesa efetiva (5%, *idem*).

Para o fraco desempenho da receita efetiva contribuiu especialmente a receita fiscal que regista um decréscimo de 1,3% em relação ao período homólogo do ano anterior. Esta prestação negativa ficou a dever-se, por sua vez, à quebra registada nos impostos indiretos, cuja cobrança líquida diminuiu 3,6% em relação à verificada em idêntico período de 2015 (variação fortemente influenciada pelo comportamento dos reembolsos em sede de IVA).

No que toca ao referido aumento da despesa total, ficou a dever-se, principalmente, à evolução das rubricas *Juros* e *Outros Encargos* (cujo valor ultrapassou os 1.400 milhões de euros, um crescimento homólogo próximo dos 34%) e *Despesas com o Pessoal* que, com uma ordem de grandeza semelhante à atingida pela primeira, cresceu mais de 4%.

Figura 2.24. Despesa do Estado – principais componentes
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

Quadro 2.8. Execução Orçamental do Estado

	2015	2016	2015	2016*	2016			
	jan a fev		jan a fev		nov	dez	jan	fev
	10^6 euros		%		VHA (%)			
Receita Total	6949	7105	7,2	:	4,5	4,1	6,6	2,2
Receita corrente	6918	7046	7,2	:	4,8	4,6	6,0	1,9
Impostos diretos	2395	2458	6,7	:	3,9	4,0	12,0	2,6
Impostos indiretos	3977	3833	7,6	:	6,0	5,9	-6,7	-3,6
Despesa Total	7911	8311	7,2	:	0,8	0,3	1,1	5,0
Despesa corrente	7701	8070	7,1	:	0,7	0,2	1,9	4,8
Despesa com pessoal	1401	1461	8,2	:	-2,4	-2,6	7,6	4,3
Aquisição bens e serviços	158	128	4,4	:	11,8	6,6	-33,3	-18,7
Subsídios	16	12	8,7	:	-43,0	-41,7	-82,1	-26,3
Juros	1064	1424	1,7	:	1,4	1,6	27,2	33,8
Transferências corr. p/ AP	4340	4407	8,7	:	3,0	2,3	-0,1	1,5
Saldo Global	-963	-1206	-	-	-	-	-	-
Saldo Primário	101	218	-	-	-	-	-	-

*Em fevereiro ainda não se encontrava aprovado o OE 2016, pelo que se estava sob regime de duodécimos. Fonte: DGO.

Serviços e Fundos Autónomos, (SFA) incluindo as Empresas Públicas Reclassificadas (EPR)

Até finais de fevereiro, a execução orçamental dos SFA (subsector onde se incluem o SNS e as EPR) registou um saldo global de 516 milhões de euros, valor que compara com os 312 milhões de euros apurados no mês homólogo do ano anterior. Para esta evolução positiva concorreram as receitas efetivas e as despesas efetivas — as primeiras com um crescimento de 3,6% e as segundas com uma diminuição de 1,1%.

Do lado da receita efetiva, destacam-se os crescimentos das receitas fiscais (mais de 15% em relação ao período homólogo de 2015) e das *Contribuições para a Segurança Social, CGA e ADSE* (perto de 6%, *idem*).

Do lado da despesa efetiva assinalam-se os crescimentos das rubricas *Despesas com o Pessoal* (cerca de 9%) e *Aquisição de Bens e Serviços* (perto de 11%) e as diminuições registadas nos *Juros e outros Encargos* (próxima dos 13%, fortemente influenciada pela redução de juros suportados pela Parpública) e das *Despesas de Capital* (mais de 30%), resultado do diferente perfil de pagamentos relativos a concessões rodoviárias e subconcessões suportados pela Infraestruturas de Portugal, S.A.

No que respeita ao caso particular das EPR incluídas neste subsector, apresentaram, no final de fevereiro, um saldo global negativo de 64 milhões de euros, o que representa uma melhoria face ao défice superior a 200 milhões de euros verificado no período homólogo do ano anterior.

Serviço Nacional de Saúde (SNS)

No final do mês de fevereiro, a execução orçamental do SNS traduzia-se num saldo global negativo de 20 milhões de euros (ótica de compromissos) — o que representa um agravamento em relação ao défice de 2 milhões de euros registado no mês homólogo de 2015.

Este desempenho da execução orçamental do SNS no período em análise está associado a uma variação da receita efetiva, em termos homólogos (4,7%), inferior à variação da despesa efetiva (6,1%).

Caixa Geral de Aposentações (CGA)

A execução orçamental da CGA traduziu-se, no final de fevereiro, num saldo global de 152 milhões de euros, o que representa uma clara melhoria em relação ao excedente registado no mês homólogo do ano anterior (91 milhões de euros). Esta prestação decorre de um aumento da receita efetiva (4,6%) superior ao aumento concomitante da despesa efetiva (0,9%).

Para o referido aumento da receita efetiva contribuíram os crescimentos registados nas *Quotas e Contribuições para a CGA* (5,8%) e na *Comparticipação do Orçamento do Estado* (3,1%). Do lado da despesa destacam-se os aumentos verificados nas *Despesas com o Pessoal* (0,7%) e nas *Pensões e Abonos* da responsabilidade da CGA (0,6%).

Quadro 2.9. Execução Orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos

	Serviços e Fundos Autónomos			dos quais: Empresas Públicas Reclassificadas		
	2015	2016		2015	2016	
	jan a fev			jan a fev		
	10 ⁶ euros	10 ⁶ euros	Grau de execução (%)*	10 ⁶ euros	10 ⁶ euros	Grau de execução (%)*
Receita Total	4 449	4 607	:	1210	1310	13,1
Contribuições p/ Seg. Social, CGA e ADSE	607	642	:	-	-	-
Transferências correntes das Adm. Públicas	2 649	2 749	:	61	85	10,2
Despesa Total	4 137	4 091	:	1415	1374	13,6
Despesa com pessoal	861	938	:	472	542	13,6
Aquisição de bens e serviços	751	833	:	296	365	9,3
Transferências correntes	1682	1746	:	8	8	12,7
Saldo Global	312	516	-	- 204	- 64	-

*Em fevereiro ainda não se encontrava aprovado o OE 2016, pelo que se estava sob regime de duodécimos Fonte: DGO.

Quadro 2.10. Execução Financeira do SNS e Orçamental da CGA

	Serviço Nacional de Saúde						Caixa Geral de Aposentações				
	2015		2016				2015		2016		
	jan a fev						jan a fev				
	10 ⁶ euros		VHA (%)	Execução face ao OE (%)			10 ⁶ euros		VHA (%)	Execução face ao OE (%)	
Receita Total	1 342	1 406	4,7	-	-	Receita Total	1 601	1 675	4,6	-	-
Receita fiscal	24	27	-	-	-	Contribuições p/ a CGA	607	642	5,7	-	-
Outra receita corrente	1 318	1 374	4,2	-	-	Quotas e contribuições	590	624	5,8	-	-
Receita de capital	1	5	-	-	-	Transferências correntes do OE	874	900	2,9	-	-
Despesa Total	1 344	1 426	6,1	-	-	Comparticipação do OE	835	861	3,1	-	-
Despesa com pessoal	591	621	5,0	-	-	Compensação por pagamento de pensões	39	39	-2,0	-	-
Aquisição de bens e serviços	739	787	6,5	-	-	Despesa Total	1 510	1 523	0,9	-	-
Despesa de capital	6	8	36,1	-	-	Pensões	1 481	1 490	0,6	-	-
Saldo Global	- 2	- 20	-	-	-	Saldo Global	91	152	-	-	-

Nota: Em fevereiro ainda não se encontrava aprovado o OE 2016, pelo que se estava sob regime de duodécimos. Fontes: Administração Central do Sistema de Saúde e DGO.

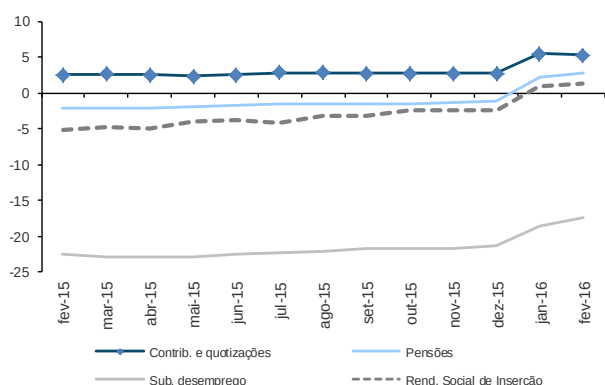
Segurança Social

A execução orçamental da Segurança Social apresentou, no final do mês de fevereiro, um saldo global superavitário de 582 milhões de euros, valor que compara com o excedente de 382 milhões de euros registado no mês homólogo de 2015.

Para esta evolução positiva concorreram a receita efetiva (que apresenta um crescimento de 2,3% em relação ao período homólogo de 2015) e a despesa efetiva (cujo valor total diminuiu 2,7%, *idem*).

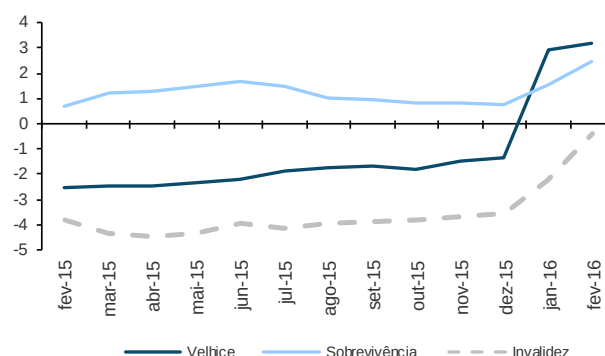
O referido crescimento da receita efetiva da SS assentou, principalmente, no aumento registado na cobrança das *Contribuições e Quotizações* (5,3% em termos homólogos). Já a redução da despesa efetiva decorre, em boa medida, da diminuição dos encargos com as *Prestações de Desemprego* (17,5%, *idem*).

Figura 2.25. Execução Orçamental da Seg. Social
(VHA, em %)



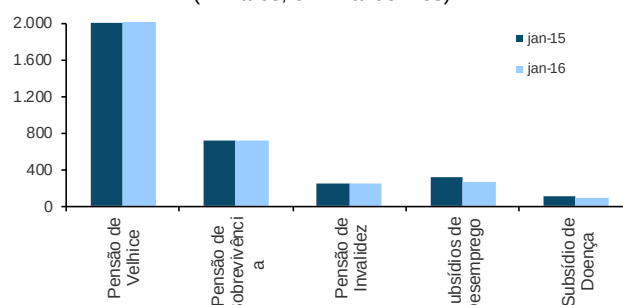
Fonte: DGO.

Figura 2.26. Despesa em Pensões da Seg. Social
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

Figura 2.27. Número de Pensões e Subsídios Atribuídos
(milhares, em final do mês)



Fonte: MTSS.

Quadro 2.11. Execução Orçamental da Segurança Social

	Segurança Social				
	2015	2016		2015	2016
	jan a fev			jan	
	10º euros	10º euros	VHA	Execução face ao OE (%)	
Receita Total	4183	4280	2,3	8,6	
Contribuições e quotizações	2325	2448	5,3	8,7	
Transferências correntes da Adm. Central *	1346	1375	2,1	8,3	
Despesa Total	3801	3698	-2,7	7,9	
Pensões	2336	2401	2,8	7,6	
Pensões de velhice do reg. subst. bancário	88	86	-1,9	10,6	
Subsídio de desemp. e apoio ao emprego	333	274	-17,5	8,0	
Prestações e ação social	264	262	-0,6	8,1	
Saldo Global	382	582	-	-	

Nota: Em fevereiro ainda não se encontrava aprovado o OE 2016, pelo que se estava sob regime de duodécimos.
Não inclui IVA social e transferências no âmbito do Plano de Emergência Social.
Fontes: DGO e GPEARI.

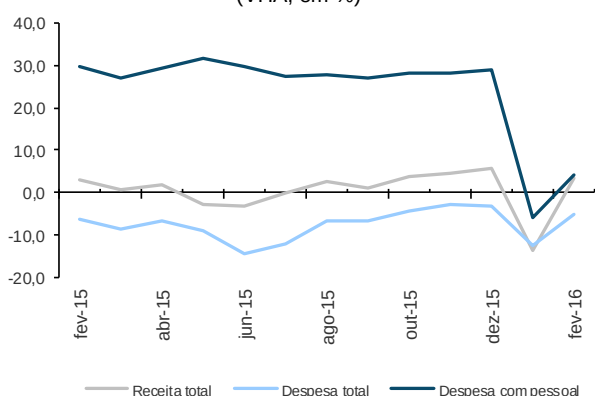
Administração Regional

A execução orçamental do subsector da Administração Regional registou, no final de fevereiro, um Saldo Global negativo de 13 milhões de euros, valor que compara com o défice de 43 milhões de euros observados no período homólogo do ano anterior.

Na base desta evolução estão os desempenhos favoráveis que se registaram, quer nas receitas efetivas (com um crescimento de 3,5% em relação ao período homólogo de 2015), quer nas despesas efetivas (com uma redução do seu total em 5%, *idem*).

Para o crescimento da receita concorreram as transferências correntes da UE (com uma subida de 26% em relação ao período homólogo anterior) e a rubrica *Outras Receitas Correntes* que passou de 17 para perto de 38 milhões de euros). Para a redução da despesa contribuíram as categorias *Aquisição de Bens e Serviços*, (m- 16%) e *Aquisição de Bens de Capital* (- 81%).

Figura 2.28. Execução Orçamental da Administração Regional
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

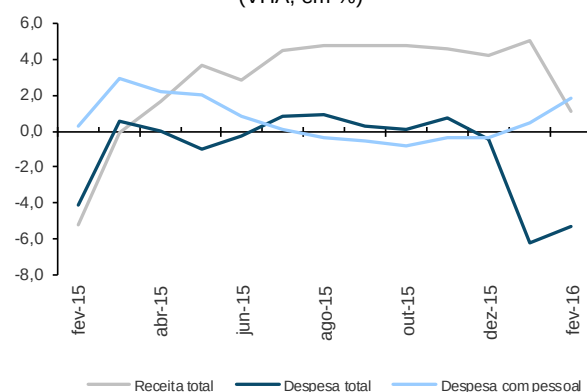
Administração Local

Até ao final de fevereiro, a execução orçamental do subsector da Administração Local traduziu-se num Saldo Global positivo de 136 milhões de euros, o que representa uma melhoria quando confrontado com o valor registado no período homólogo de 2015 (83 milhões de euros).

Esta dinâmica positiva está associada à prestação da receita efetiva — que cresceu 1,1% sob o impulso do aumento da cobrança de impostos (mais 3,7%) —, bem como da despesa efetiva, cujo total apresenta uma redução de 5,3% relativamente ao período homólogo anterior.

Esta diminuição da despesa efetiva resulta, principalmente, do comportamento das rubricas *Transferências Correntes* (- 19,9%), *Juros e outros Encargos* (- 31,3%) e *Aquisição de Bens de Capital* (- 29,2%). No que toca às *Despesas com o Pessoal* apresentam um aumento de 1,8% em relação ao período homólogo anterior.

Figura 2.29. Execução Orçamental da Administração Local
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

Quadro 2.12. Execução Orçamental das Administrações Local e Regional

	Administração Regional		Administração Local			
	2015	2016	2015	2016		
	jan a fev		jan a fev			
	10 ⁶ euros		10 ⁶ euros		Grau de execução (%)*	VHA (%)
Receita total	333	345	889	899	:	1,1
Impostos	191	187	204	211	:	3,7
Transferências correntes	9	9	436	400	:	-8,3
Despesa total	377	358	806	763	:	-5,3
Pessoal	144	150	336	342	:	1,8
Aquisição de bens e serviços	84	70	233	233	:	0,2
Transferências correntes	29	38	76	61	:	-19,9
Investimento	40	8	105	74	:	-29,2
Saldo global	- 43	- 13	83	136	-	-

* Em fevereiro ainda não se encontrava aprovado o OE 2016, pelo que se estava sob regime de duodécimos. Fonte: DGO.

Dívida Pública

Dívida Pública das Administrações Públicas (ótica de Maastricht)

A dívida consolidada do sector das AP (apurada segundo o critério de Maastricht) atingiu no final do mês de janeiro o montante de 234.396 milhões de euros. Este valor representa um aumento de mais de 3.300 milhões de euros relativamente ao mês anterior — o equivalente a cerca de 1,4%.

A parcela dominante desta dívida corresponde à Administração Central, com um peso relativo de 99% do total. Aliás, é ela o fator decisivo da evolução assinalada, dado que apresenta um aumento superior a 3.800 milhões de euros em relação ao mês anterior.

Importa ter presente que, no período em análise, a AC detinha depósitos cujo montante ascendia a 17.247 milhões de euros — um valor que representa um aumento de cerca de 3.900 milhões de euros relativamente ao que se registava no mês anterior.

Quadro 2.13. Dívida das Administrações Públicas
(milhões de euros)

	2014 dez	2015 dez	2016 jan
Administrações Públicas	225 767	231 052	234 396
<i>Por subsector:</i>			
Administração Central	227 033	232 809	236 658
Administração Regional e Local	10 733	10 684	10 678
Segurança Social	1	2	1
Consolidação entre subsectores	12 000	12 443	12 941
<i>por memória:</i>			
Depósitos da Administração Central	17 571	13 343	17 247

Fonte: Banco de Portugal.

Dívida não Financeira das Administrações Públicas

Quadro 2.14. Dívida não Financeira das AP
(milhões de euros)

	2014 dez	2016 jan	2016 fev
Administrações Públicas	2 748	2 373	2 453
<i>Por subsector:</i>			
Administração Central	277	336	379
Administração Regional	986	670	661
Administração Local	1 486	1 367	1 412
Segurança Social	0	0	0

Fonte: DGO.

A dívida não financeira do sector das AP ascendia, no final de fevereiro, a 2.453 milhões de euros. Este valor significa um aumento de cerca de 80 milhões de euros relativamente ao mês anterior — o equivalente a cerca de 3%.

O subsector da Administração Local predomina neste tipo de dívida, com 58% do respetivo total. Seguem-se, com pesos relativos menores a Administração Regional (responsável por uma parcela de 27%) e a Administração Central (*idem*, 15%).

No período em análise, os pagamentos em atraso atingiram, para o conjunto das AP, o valor de 1.014 milhões de euros, valor que representa um aumento próximo dos 30 milhões de euros relativamente ao mês anterior (o equivalente a 2,9%).

Mais de metade destes pagamentos em atraso são da responsabilidade dos Hospitais E.P.E. Seguem-se, com parcelas muito inferiores, a Administração Local (cerca de 24% do total) e a Administração Regional, responsável por perto de 19% do total dos pagamentos em atraso.

Quadro 2.15. Pagamentos em Atraso (milhões de euros)

	2014 dez	2016 jan	2016 fev
Administrações Públicas	1 539	985	1 014
<i>Por subsector:</i>			
Administração Central (excl. saúde)	22	14	15
SNS	7	10	14
Hospitais EPE	553	513	539
Empresas Públicas Reclassificadas	3	14	14
Administração Regional	516	193	191
Administração Local	437	241	242
Outras Entidades	1	1	1
Empresas públicas não reclassificadas	1	1	1
Adm. Públicas e outras entidades	1 539	986	1 015

Fonte: DGO.

Dívida Direta do Estado

A dívida direta do Estado cifrava-se, no final do mês de fevereiro, em 226.521 milhões de euros, valor que representa uma diminuição de 1,6% em relação ao mês anterior. Aquele montante repartia-se, entretanto, por *Dívida Transacionável* (56% do total), *Dívida Não Transacionável* (13% do total) e pela dívida correspondente ao *Programa de Ajustamento Económico* (31% do total).

Quadro 2.16. Movimento da Dívida Direta do Estado
(milhões de euros)

	31-jan-16				fev-16		29-fev-16
	Saldo	Emissões	Amortiz.	Outros		Saldo	
Transacionável	126 741	2 877	1 748	140		125 932	
da qual: Bilhetes do Tesouro	13 596	1 647	1 539	0		14 445	
da qual: Obrigações Tesouro	107 790	1 230	80	- 44		104 357	
Não Transacionável	31 173	999	1 205	-		30 210	
da qual: Cert.Aforro e do Tesouro	21 028	220	60	0		21 331	
da qual: CEDIC e CEDIM	6 783	769	1 135	0		5 999	
Prog. de Ajustamento Económico	72 314	0	0	477		70 379	
Total	230 228	3 876	2 952	617		226 521	

Fonte: IGCP.

Emissões e Amortizações de Dívida

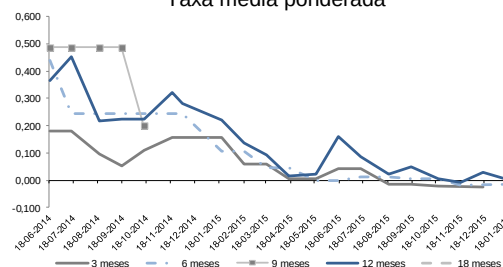
Em março, o IGCP, E.P.E., colocou no mercado 1.728 milhões de euros em Bilhetes do Tesouro, através de dois leilões com as seguintes características (ambos na fase competitiva do leilão):

- Num leilão de 16 de março, um montante de 443 milhões de euros, com maturidade em setembro de 2016, e uma taxa média ponderada de 0,009%;
- Noutro leilão da mesma data, um montante de 1.285 milhões de euros, com maturidade em março de 2017, e uma taxa média ponderada de 0,050 %.

Foram igualmente colocadas Obrigações do Tesouro, num montante total de 2222 milhões de euros, em leilões realizados nos dias 9 e 23 de março, assim discriminados (as indicações reportam-se à fase competitiva do leilão):

- 594 milhões de euros, com maturidade em abril de 2021 e uma taxa de colocação de 2,0326%;
- 621 milhões de euros, com maturidade em julho de 2026 e uma taxa de colocação de 3.1380%;
- 504 milhões de euros, com maturidade em abril de 2021 e uma taxa de colocação de 1,840%;
- 503 milhões de euros, com maturidade em fevereiro de 2030 e uma taxa de colocação de 3,362%.

Figura 2.30. Emissões de BT
Taxa média ponderada



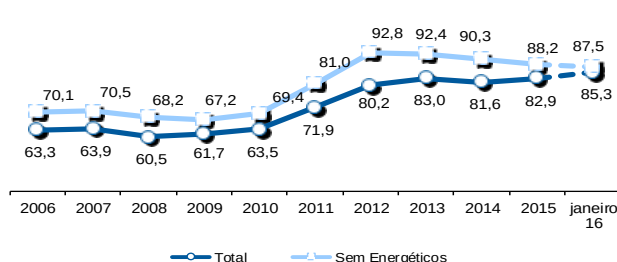
Fonte: IGCP.

3. Comércio Internacional ^[1]

Evolução global ^[2]

De acordo com os resultados preliminares recentemente divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística, no primeiro mês de 2016, as exportações de mercadorias diminuíram, em termos homólogos, 1,5% enquanto as importações diminuíram 1% ^[3]. Nesse período, o défice da balança comercial de mercadorias (fob/cif) agravou-se 1,6%. Excluindo os produtos energéticos, as exportações diminuíram 0,3% e as importações registaram uma variação homóloga positiva de 5,7% (Quadro 3.1).

Figura 3.1. Evolução da Taxa de Cobertura (fob/cif) das Importações pelas Exportações de Mercadorias (%)



Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Quadro 3.1. Evolução da Balança Comercial de Mercadorias (valores acumulados)

Intra + Extra-EU (milhões de Euros)	janeiro			VH	
	2015	2016	VH	Últimos 3 meses	Últimos 12 meses
Exportações (fob)	3 788	3 732	-1,5	0,7	3,8
Importações (cif)	4 421	4 375	-1,0	0,3	2,8
Saldo (fob-cif)	-633	-643	1,6	-1,2	-1,7
Cobertura (fob/cif)	85,7	85,3	-	-	-
Sem energéticos:					
Exportações (fob)	3 513	3 503	-0,3	3,2	4,5
Importações (cif)	3 790	4 005	5,7	5,5	7,5
Saldo (fob-cif)	-278	-502	80,6	22,4	34,9
Cobertura (fob/cif)	92,7	87,5	-	-	-
Extra-EU (milhões de Euros)	janeiro			VH	
	2015	2016	VH	Últimos 3 meses	Últimos 12 meses
Exportações (fob)	976	792	-18,8	-11,1	-3,8
Importações (cif)	1 029	981	-4,6	-4,8	-2,5
Saldo (fob-cif)	-53	-189	256,4	645,2	33,6
Cobertura (fob/cif)	94,9	80,8	-	-	-

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:
Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Em janeiro de 2016, as exportações representaram 85,3% das importações, o que se traduziu num decréscimo de 0,4p.p na taxa de cobertura das importações pelas exportações, face ao período homólogo. Excluindo os produtos energéticos, as exportações passaram a representar 87,5% das importações (-5,2 p.p. que em igual período do ano transato).

Quadro 3.2. Balança Comercial de Mercadorias

	Valores em milhões de Euros		
	2015	2016	TVH
Intra+Extra UE			
Exportações (fob)	3 788	3 732	-1,5
Importações (cif)	4 421	4 375	-1,0
Saldo (fob-cif)	- 633	- 643	1,6
Cobertura (fob/cif)	85,7	85,3	-
Intra UE			
Exportações (fob)	2 812	2 939	4,5
Importações (cif)	3 392	3 394	0,1
Saldo (fob-cif)	- 580	- 455	-21,6
Cobertura (fob/cif)	82,9	86,6	-
Extra UE			
Exportações (fob)	976	792	-18,8
Importações (cif)	1 029	981	-4,6
Saldo (fob-cif)	- 53	- 189	256,4
Cobertura (fob/cif)	94,9	80,8	-

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Nota:
Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

No primeiro mês de 2016, o défice da balança comercial de mercadorias Intra UE recuperou 21,6% em termos homólogos, com as exportações de mercadorias a crescerem 4,5% e as importações a aumentarem 0,1%. O défice da balança comercial de mercadorias Extra UE agravou-se 256,4% (Quadro 3.2).

Quadro 3.3. Evolução Mensal e Trimestral Comércio Internacional de Mercadorias

Intra+Extra UE (milhões de Euros)	IMPORTAÇÕES (Cif)			EXPORTAÇÕES (Fob)		
	2015	2016	TVH	2015	2016	TVH
jan	4 421	4 375	-1,0	3 788	3 732	-1,5
fev	4 480			3 973		
mar	5 315			4 408		
abr	5 243			4 258		
mai	5 352			4 251		
jun	5 411			4 555		
jul	5 410			4 696		
ago	4 213			3 319		
set	5 216			4 140		
out	5 336			4 524		
nov	5 035			4 327		
dez	4 749			3 622		
1º Trim	14 216			12 168		
2º Trim	16 006			13 064		
3º Trim	14 839			12 155		
4º Trim	15 119			12 473		

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Nota:
Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

[1] Informação mais desagregada em www.gee.min-economia.pt ("Síntese Estatística do Comércio Internacional de Mercadorias, n.º3/2015").

[2] Os dados de base do comércio internacional de mercadorias (Intra e Extra UE) divulgados para o mês de janeiro de 2016 correspondem a uma versão preliminar. Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas (valor das transações das empresas para as quais o INE não recebeu ainda informação) assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação (valor anual das operações intracomunitárias abaixo do qual os operadores são dispensados da declaração periódica estatística Intrastat, limitando-se à entrega da declaração periódica fiscal: no caso de Portugal, 250 mil euros para as importações da UE e 250 mil para as exportações para a UE, em 2016). Por outro lado, a atual metodologia considera, para além do confronto regular entre as declarações Intrastat e do IVA, a comparação com os dados com a IES.

[3] Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Exportações de Mercadorias

No primeiro mês de 2016, as exportações de mercadorias diminuíram, em termos homólogos, 1,5%. Excluindo os produtos energéticos, registou-se um decréscimo de 0,3%.

Em janeiro de 2016, destaca-se o contributo positivo da “Madeira, cortiça e papel” e das “Máquinas, aparelhos e suas partes” (ambos com +0,9 p.p.), seguido do contributo dos “Químicos” (+0,8 p.p.). As “Máquinas, aparelhos e suas partes” são o grupo de produtos que maior peso tem nas exportações de mercadorias (15,5%). Seguem-se os “Químicos” (12,8%).

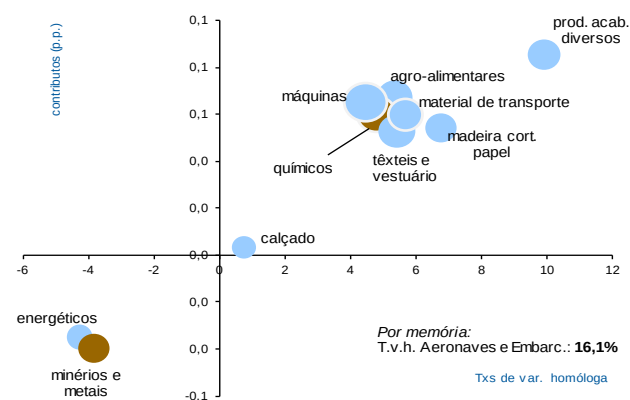
A Figura 3.2 apresenta os contributos dos diversos grupos de produtos para o crescimento das exportações no último ano a terminar em janeiro de 2016.

Nesse período, a maioria dos grupos de produtos contribuiu positivamente para o crescimento das exportações de mercadorias (+3,8%). Os “Produtos acabados diversos” foram os que mais contribuíram para este comportamento (+0,9 p.p.). De destacar ainda o contributo positivo dos “Agroalimentares” e das “Máquinas, aparelhos e suas partes” (ambos com +0,7 p.p.).

De referir, ainda, os contributos dos “Químicos” e “Material de transporte terrestre e suas partes”, para o crescimento das exportações de mercadorias (ambos com +0,6 p.p.).

Figura 3.2. Contributos para o Crescimento das Exportações por Grupos de Produtos (p.p.)

Últimos 12 meses a terminar em janeiro de 2016 (Total: 3,8%)



Fonte: Quadro 3.4. Exportações de Mercadorias por Grupos de Produtos.

Nota:

A dimensão dos círculos representa o peso relativo de cada grupo de produtos no total das exportações no período em análise.

Quadro 3.4. Exportações * de Mercadorias por Grupos de Produtos (Fob)

Intra + Extra UE

Grupos de Produtos	Milhões de Euros janeiro		Estrutura (%)				Tax. variação e contributos			
			Anual		janeiro		últimos 12 meses ^[1]		janeiro	
	2015	2016	2010	2015	2015	2016	VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
Total das Exportações	3 788	3 732	100,0	100,0	100,0	100,0	3,8	3,8	-1,5	-1,5
Agro-alimentares	450	435	11,7	12,7	11,9	11,6	5,4	0,7	-3,5	-0,4
Energéticos	275	229	6,4	7,6	7,3	6,1	-4,3	-0,3	-16,9	-12
Químicos	446	476	11,9	12,6	11,8	12,8	4,8	0,6	6,7	0,8
Madeira, cortiça e papel	293	327	9,0	8,1	7,7	8,8	6,8	0,5	11,9	0,9
Têxteis, vestuário e seus acessórios	409	430	10,4	9,8	10,8	11,5	5,4	0,5	5,2	0,6
Calçado, peles e couros	194	194	4,1	4,3	5,1	5,2	0,8	0,0	-0,1	0,0
Minérios e metais	390	322	10,7	9,7	10,3	8,6	-3,8	-0,4	-17,5	-18
Máquinas e aparelhos e suas partes	544	577	15,1	14,6	14,4	15,5	4,5	0,7	6,1	0,9
Material de transp. terrestre e suas partes	443	371	11,6	10,9	11,7	9,9	5,7	0,6	-16,4	-19
Aeronaves, embarcações e suas partes	17	20	0,6	0,6	0,4	0,5	16,1	0,1	16,8	0,1
Produtos acabados diversos	327	353	8,6	9,0	8,6	9,5	9,9	0,9	7,8	0,7
Por memória:										
Total sem energéticos	3 513	3 503	93,6	92,4	92,7	93,9	4,5	4,2	-0,3	-0,2

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros.

[1] Últimos 12 meses a terminar em janeiro de 2016.

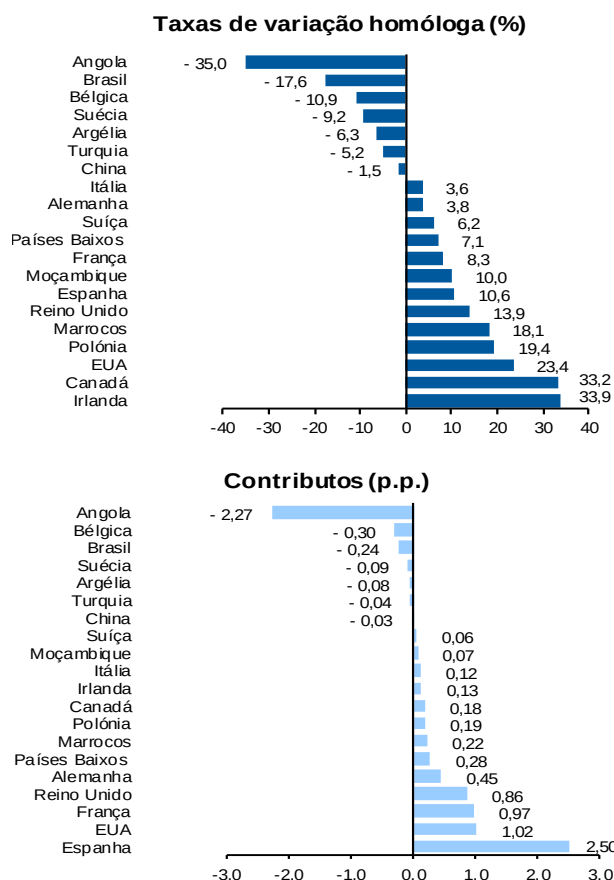
[2] (fev 15-jan 16)/(fev 14-jan 15) x 100 - 100.

No primeiro mês de 2016, as exportações para a UE cresceram, em termos homólogos, 4,5%. As exportações com destino aos países da UE-15 registaram uma taxa de variação homóloga positiva de 4% enquanto as exportações com destino aos Países do Agrandamento cresceram 16,5%. As exportações para países terceiros registaram uma variação homóloga negativa (-18,8%) (Quadro 3.5).

As exportações de mercadorias para a França (+0,8 p.p.) foram as que registaram o maior contributo Intra UE-15 para o crescimento das exportações, seguidas das exportações para a Espanha (+0,7 p.p.), a Bélgica e os Países Baixos (ambos com +0,5 p.p.).

No último ano a terminar em janeiro de 2016, as exportações para os países Intra UE cresceram, em termos homólogos, 7%. As exportações para os países da UE-15 registaram uma taxa de variação homóloga positiva de 6,8 %. As exportações para Espanha (+2,5 p.p.) e a França (+1 p.p.) foram as que mais contribuíram para o crescimento das exportações. Entre os países terceiros, destaca-se a variação homóloga positiva das exportações para o Canadá (+33,2%), EUA (+23,4%) e Marrocos (+18,1%). No mesmo período, destaca-se o decréscimo das exportações com destino a Angola (-35%) e Brasil (-17,6%) (Figura 3.3).

Figura 3.3. Taxas de Crescimento das Exportações de Mercadorias para uma Seleção de Mercados e Contributos
Últimos 12 meses a terminar em janeiro de 2016



Fonte: Quadro 3.5. Evolução das Exportações de Mercadorias com destino a uma Seleção de Mercados.

Quadro 3.5. Evolução das Exportações de Mercadorias com Destino a uma Seleção de Mercados

Intra + Extra-UE (Fob)		Valores em milhões de Euros									
Destino	janeiro		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos				
			anual		janeiro		12 meses ^[1]		janeiro		contrib. p.p. ^[3]
	2015	2016	2010	2015	2015	2016	VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]	
TOTAL	3 788	3 732	100,0	100,0	100,0	100,0	3,8	3,8	-1,5	-1,5	
Intra UE	2 812	2 939	75,4	72,8	74,2	78,8	7,0	4,9	4,5	3,4	
dos quais:											
UE-15	2 686	2 792	72,3	69,2	70,9	74,8	6,8	4,6	4,0	2,8	
Espanha	955	980	27,0	25,0	25,2	26,3	10,6	2,5	2,6	0,7	
França	483	514	12,0	12,1	12,7	13,8	8,3	1,0	6,4	0,8	
Alemanha	483	457	13,0	11,8	12,7	12,2	3,8	0,5	-5,4	-0,7	
Reino Unido	248	262	5,5	6,7	6,5	7,0	13,9	0,9	5,9	0,4	
Países Baixos	154	173	3,9	4,0	4,1	4,6	7,1	0,3	12,4	0,5	
Itália	123	128	3,7	3,2	3,2	3,4	3,6	0,1	4,4	0,1	
Bélgica	91	100	2,6	2,3	2,4	3,0	-10,9	-0,3	21,2	0,5	
Suécia	36	46	1,0	0,8	0,9	1,2	-9,2	-0,1	30,6	0,3	
Irlanda	13	28	0,3	0,5	0,4	0,8	33,9	0,1	11,9	0,4	
Agrandamento	126	147	3,2	3,6	3,3	3,9	9,4	0,3	16,5	0,5	
Polónia	37	45	0,9	1,1	1,0	1,2	19,4	0,2	19,9	0,2	
Extra UE	976	792	24,6	27,2	25,8	21,2	-3,8	-1,1	-18,8	-4,8	
dos quais:											
EUA	155	166	3,5	5,2	4,1	4,5	23,4	1,0	6,9	0,3	
Angola	177	98	5,1	4,2	4,7	2,6	-35,0	-2,3	-44,9	-2,1	
China	47	30	0,6	1,7	1,2	0,8	-15,0	0,0	-36,3	-0,4	
Marrocos	40	51	0,8	1,4	1,1	1,4	18,1	0,2	27,7	0,3	
Brasil	65	37	1,2	1,1	1,7	1,0	-17,6	-0,2	-43,4	-0,7	
Argélia	44	23	0,6	1,1	1,2	0,6	-6,3	-0,1	-47,3	-0,6	
Suíça	37	36	0,9	0,9	1,0	1,0	6,2	0,1	-2,6	0,0	
Turquia	20	23	0,7	0,7	0,5	0,6	-5,2	0,0	12,0	0,1	
Canadá	21	17	0,5	0,7	0,6	0,4	33,2	0,2	-21,8	-0,1	
Moçambique	20	17	0,4	0,7	0,5	0,5	10,0	0,1	-13,6	-0,1	
Por memória:											
OPEP ^[4]	260	149	7,0	6,5	6,9	4,0	-26,4	-2,4	-42,8	-2,9	
PALOP	221	141	6,5	5,6	5,8	3,8	-27,7	-2,2	-36,3	-2,1	
EFTA	52	49	1,1	1,4	1,4	1,3	13,5	0,2	-4,3	-0,1	

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respondidas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros.

Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2015.

[1] Últimos 12 meses a terminar em janeiro de 2016.

[2] $(\text{fev } 15\text{-jan } 16) / (\text{fev } 14\text{-jan } 15) \times 100 - 100$.

[3] Contributos para a taxa de crescimento das exportações - análise shift-share: $(TVH) \times (\text{peso no período homólogo anterior}) + 100$.

[4] Inclui Angola.

Importações de Mercadorias

Em janeiro de 2016, as importações de mercadorias registaram uma contração de 1% (Quadro 3.6).

À exceção dos produtos “Energéticos” (-5,9 p.p.) e dos “Minérios e Metais” (-0,1 p.p.), praticamente todos os restantes grupos registaram um contributo positivo para o crescimento das importações totais destacando-se o comportamento das importações de “Agroalimentares” e dos “Químicos” (+1,6 p.p. e +1 p.p., respetivamente).

A UE-28 mantém-se como principal mercado de origem das importações portuguesas (91,5%).

No primeiro mês de 2016, as importações de mercadorias provenientes do mercado comunitário cresceram, em termos homólogos, 0,1%, sendo que as provenientes dos países da UE-15 diminuíram 0,1%. As importações provenientes dos países do Alargamento registaram uma taxa de variação homóloga positiva de 2,4%.

As importações de mercadorias provenientes de países terceiros decresceram 4,6%, em termos homólogos. China destaca-se como sendo o principal mercado extracomunitário de origem das importações de mercadorias portuguesas (3,8% do total). Seguem-se os EUA (1,9%), o Azerbaijão (1,6%) e o Brasil (1,5%).

Quadro 3.6. Importações de Mercadorias por Grupos de Produtos e sua Distribuição por uma Seleção de Mercados

Grupos de Produtos	10 ⁶ Euros (Cif)		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos			
	janeiro		Anual		janeiro		12 meses ^[1]		janeiro	
	2015	2016	2010	2015	2015	2016	VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
TOTAL DAS IMPORTAÇÕES	4 421	4 375	100,0	100,0	100,0	100,0	2,8	2,8	-1,0	-1,0
Grupos de Produtos										
Agro-alimentares	638	710	14,0	15,5	14,4	16,2	6,7	1,0	11,3	1,6
Energéticos	631	370	14,4	13,2	14,3	8,5	-20,7	-3,4	-41,3	-5,9
Químicos	750	795	15,2	17,0	17,0	18,2	8,3	1,4	6,1	1,0
Madeira, cortiça e papel	156	170	3,6	3,4	3,5	3,9	4,1	0,1	9,4	0,3
Têxteis, Vestuário e seus acessórios	306	312	5,9	6,4	6,9	7,1	5,5	0,3	1,9	0,1
Calçado, peles e couros	122	128	2,0	2,5	2,8	2,9	5,2	0,1	5,1	0,1
Minérios e metais	392	386	8,7	8,4	8,9	8,8	4,3	0,4	-1,7	-0,1
Máquinas e aparelhos e suas partes	677	691	16,8	15,6	15,3	15,8	3,9	0,6	2,1	0,3
Material de transp. terrestre e suas partes	477	516	11,4	11,4	10,8	11,8	19,1	1,9	8,3	0,9
Aeronaves, embarcações e suas partes	13	38	2,3	0,6	0,3	0,9	-13,7	-0,1	190,0	0,6
Produtos acabados diversos	260	258	5,7	5,9	5,9	5,9	9,6	0,5	-0,7	0,0
Total sem energéticos	3 790	4 005	85,6	86,8	85,7	91,5	7,5	6,2	5,7	4,9
Mercados de origem										
Intra UE	3 392	3 394	78,6	74,8	76,7	77,6	4,6	3,4	0,1	0,0
dos quais:										
UE-15	3 240	3 238	76,2	71,8	73,3	74,0	4,4	3,2	-0,1	0,0
Espanha	1501	1422	32,8	32,6	33,9	32,5	2,6	0,8	-5,2	-1,8
Alemanha	576	585	12,2	12,3	13,0	13,4	6,8	0,8	1,7	0,2
França	337	371	8,3	7,1	7,6	8,5	7,8	0,6	10,0	0,8
Itália	218	227	5,8	5,2	4,9	5,2	6,1	0,3	4,1	0,2
Países Baixos	214	216	5,3	5,1	4,8	4,9	2,5	0,1	1,0	0,0
Reino Unido	137	132	3,3	3,1	3,1	3,0	3,4	0,1	-4,1	-0,1
Bélgica	111	125	2,9	2,7	2,5	2,9	9,2	0,2	12,4	0,3
Suécia	43	41	1,0	1,1	1,0	0,9	-3,3	0,0	-5,4	-0,1
Irlanda	42	59	1,0	1,0	0,9	1,4	6,9	0,1	41,9	0,4
Alargamento	153	156	2,4	3,0	3,5	3,6	8,4	0,3	2,4	0,1
Extra UE	1 029	981	21,4	25,2	23,3	22,4	-2,5	-0,6	-4,6	-1,1
dos quais:										
China	160	166	2,2	2,7	3,6	3,8	10,3	0,3	3,5	0,1
Angola	43	36	0,3	2,7	1,0	0,8	-23,1	-0,6	-17,2	-0,2
EUA	57	85	1,7	1,6	1,3	1,9	11,1	0,2	50,6	0,6
Brasil	74	64	1,7	1,5	1,7	1,5	-6,2	-0,1	-13,8	-0,2
Arábia Saudita	83	18	0,8	1,3	1,9	0,4	-19,9	-0,3	-78,7	-1,5
Rússia	82	5	1,0	1,2	1,8	0,1	-24,9	-0,3	-94,0	-1,7
Cazaquistão	47	0	0,3	1,4	1,1	0,0	-31,4	-0,4	-100,0	-1,1
Argélia	5	21	0,5	1,2	0,1	0,5	-11,5	-0,1	346,7	0,4
Índia	45	45	0,5	0,8	1,0	1,0	-7,6	-0,1	-0,5	0,0
Turquia	28	40	0,6	0,7	0,6	0,9	20,1	0,1	45,7	0,3
Azerbaijão	0	69	0,0	0,8	0,0	1,6	75,9	0,4	0,0	0,0
Coreia do Sul	22	35	0,5	0,5	0,5	0,8	26,3	0,1	59,8	0,3
Colômbia	23	22	0,2	0,4	0,5	0,5	30,9	0,1	-3,7	0,0
OPEP^[4]	136	117	5,6	6,6	3,1	2,7	-25,6	-1,6	-13,7	-0,4
EFTA	18	26	1,8	0,6	0,4	0,6	12,1	0,1	43,4	0,2
PALOP	45	45	0,4	2,8	1,0	1,0	-21,7	-0,6	0,2	0,0

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Importações: somatório das importações de mercadorias provenientes da UE com as importações de Países Terceiros.

Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2015.

[1] Últimos 12 meses a terminar em janeiro de 2016.

[2] (fev 15-jan 16)/(fev 14-jan 15) x 100 - 100.

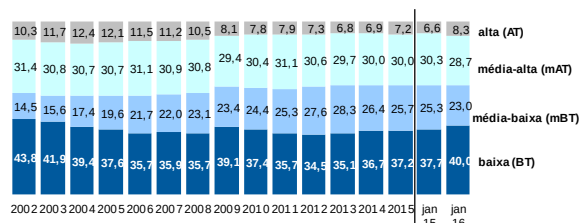
[3] Contributos para a taxa de crescimento das importações - análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

[4] Não inclui tractores.

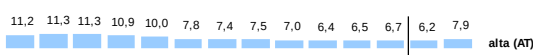
Comércio Internacional Português por grau de Intensidade Tecnológica

No primeiro mês de 2016, as exportações de produtos industriais transformados registaram uma taxa de variação homóloga negativa de 2%. As exportações de produtos de média intensidade tecnológica representam mais de metade do total das exportações destes produtos (51,6%) (Figura 3.4 e Quadro 3.7).

Figura 3.4. Exportações de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica



Alta tecnologia excluindo "Aeronaves e aeroespacial":



Fonte: Quadro 3.7. Exportações e Importações de Produtos Industriais Transformados, por grau de intensidade tecnológica.

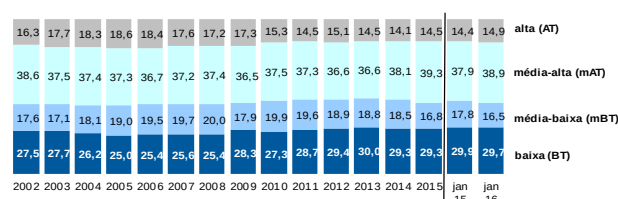
Definição da Intensidade Tecnológica de acordo com a metodologia proposta pela OCDE (STI Scoreboard 2003): Alta Intensidade Tecnológica (ISIC Rev.3 2423, 30, 32, 33, 353); Média-alta (24 excl. 2423, 29, 31, 34, 352+359); Média-baixa (23, 25-28, 351); Baixa (15-22, 36-37).

As exportações de produtos de alta tecnologia foram as que mais contribuíram para o crescimento homólogo das exportações de produtos industriais transformados (+1,6 p.p.).

As exportações dos produtos de baixa intensidade tecnológica também contribuíram positivamente (+1,5 p.p.) para o crescimento das exportações de produtos industriais transformados.

As importações de produtos industriais transformados registaram uma taxa de variação homóloga positiva de 3,2%, sendo os produtos de média alta os que mais contribuíram para este crescimento (+2,3 p.p.).

Figura 3.5. Importações de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica



Fonte: Quadro 3.7. Exportações e Importações de Produtos Industriais Transformados, por grau de intensidade tecnológica.

Definição da Intensidade Tecnológica de acordo com a metodologia proposta pela OCDE (STI Scoreboard 2003): Alta Intensidade Tecnológica (ISIC Rev.3 2423, 30, 32, 33, 353); Média-alta (24 excl. 2423, 29, 31, 34, 352+359); Média-baixa (23, 25-28, 351); Baixa (15-22, 36-37).

Quadro 3.7. Exportações e Importações* de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica

Intra + Extra-UE

Valores em milhões de Euros

Intensidade Tecnológica		2015	janeiro		Taxas variação (%)			%total prod. indust. transf.				Contributos ^[1] (p.p.)	
			2015	2016	média 2010-15	2015-14	janeiro 2016-15	2014	2015	janeiro		2015	janeiro 2016
										2015	2016		
EXPORTAÇÕES													
Total dos prod. indust. transformados	47 208	3 600	3 528	6,2	3,8	-2,0	100,0	100,0	100,0	100,0	3,8	-2,0	
Alta tecnologia	3 376	238	294	4,3	7,2	23,6	6,9	7,2	6,6	8,3	0,5	1,6	
- Sem Aeronáutica e aeroespacial ^[2]	3 153	222	277	4,2	7,2	24,3	6,5	6,7	6,2	7,9	0,5	1,5	
Média-alta tecnologia	14 152	1091	1011	5,9	3,8	-7,3	30,0	30,0	30,3	28,7	1,1	-2,2	
Média-baixa tecnologia	12 123	912	810	7,3	1,0	-11,2	26,4	25,7	25,3	23,0	0,3	-2,8	
Baixa tecnologia	17 556	1359	1413	6,0	5,1	3,9	36,7	37,2	37,7	40,0	1,9	1,5	
Por memória:													
Total das Exportações	49 860	3 788	3 732	6,0	3,6	-15	100,0	100,0	100,0	100,0	3,6	-15	
Residual [3]	2 653	187	204	3,3	1,2	8,7	5,4	5,3	4,9	5,5	0,1	0,4	
IMPORTAÇÕES													
Total dos prod. indust. transformados	49 564	3 635	3 750	0,4	5,2	3,2	100,0	100,0	100,0	100,0	5,2	3,2	
Alta tecnologia	7 203	523	557	-0,6	8,1	6,6	14,1	14,5	14,4	14,9	1,1	0,9	
- Sem Aeronáutica e aeroespacial ^[2]	6 791	506	517	-0,7	10,7	2,3	13,2	13,8	14,0	13,9	1,4	0,3	
Média-alta tecnologia	19 499	1377	1461	1,3	8,6	6,1	38,1	39,3	37,9	38,9	3,3	2,3	
Média-baixa tecnologia	8 317	647	618	-3,0	-4,4	-4,4	18,5	16,8	17,8	16,5	-0,8	-0,8	
Baixa tecnologia	14 544	1088	1114	1,8	5,3	2,4	29,3	29,3	29,9	29,7	1,6	0,7	
Por memória:													
Total das Importações	60 180	4 421	4 375	0,5	2,0	-10,5	100,0	100,0	100,0	100,0	2,0	-10	
Residual ^[3]	10 617	787	625	1,2	-10,4	-20,5	20,1	17,6	17,8	14,3	-2,1	-3,6	

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Definição da Intensidade Tecnológica de acordo com a metodologia proposta pela OCDE (STI Scoreboard 2003): Alta Intensidade Tecnológica (ISIC Rev.3 2423, 30, 32, 33, 353); Média-alta (24 excl. 2423, 29, 31, 34, 352+359); Média-baixa (23, 25-28, 351); Baixa (15-22, 36-37).

[1] Contributos para a taxa de crescimento das Exportações/Importações de produtos industriais transformados, em pontos percentuais – análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) = 100.

[2] Os dados referentes aos produtos de AT não são directamente comparáveis para os anos de 2004 e 2005 uma vez que, a partir de 1 de Janeiro de 2005, as reparações e manutenção de aeronaves provenientes dos países comunitários passaram a ser contabilizadas na balança de Serviços. O mesmo sucede para os dados de 2005 e 2006, na medida em que, a partir de 1 de Janeiro de 2006, o mesmo tratamento foi aplicado às aeronaves provenientes dos países terceiros.

[3] Total das Exportações (Importações) – Exportações (Importações) de produtos industriais transformados.

Comércio Internacional de Bens e Serviços

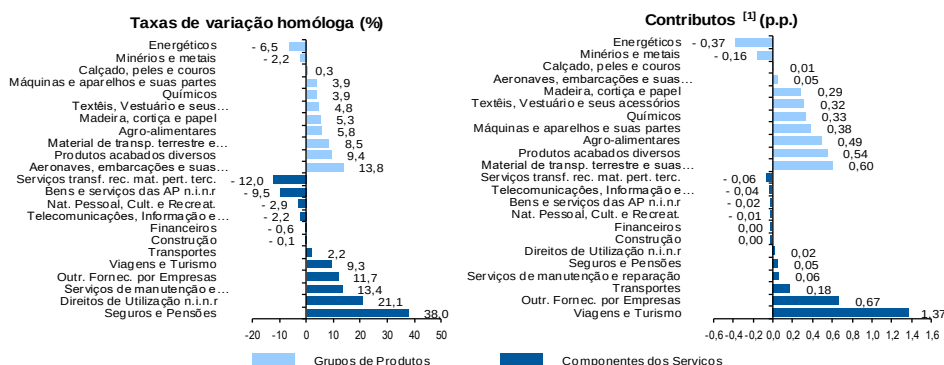
De acordo com os dados divulgados para a Balança de Pagamentos para o mês de dezembro de 2015, no ano de 2015, as exportações (crédito) de bens e serviços registaram um crescimento homólogo de 4,7%. A componente dos bens contribuiu positivamente (2,5 p.p.) para o crescimento das exportações totais de bens e serviços.

No ano de 2015, a componente dos serviços representou 33,9% do total das exportações de bens e serviços e contribuiu positivamente (2,2 p.p.) para o seu crescimento. Do lado das importações (débito) o peso desta componente foi de 18% no total e o seu comportamento reforçou o crescimento das importações totais (3,2%) em 1,1 p.p., (Quadro 3.8).

No painel esquerdo da Figura 3.6 compara-se o crescimento homólogo das diferentes categorias de Bens e de Serviços no último ano a terminar em dezembro de 2015, com base em dados do INE para as exportações de bens (Grupos de Produtos) e do Banco de Portugal para as exportações de serviços. O painel direito mostra os contributos para a taxa de crescimento das exportações de bens e serviços.

No período em análise, destacou-se o contributo positivo dos produtos "Material de transporte terrestre e suas partes" (+0,6 p.p.) e dos "Produtos acabados diversos" (+0,54 p.p.). Na componente dos serviços, continuam a destacar-se os contributos das rubricas de Viagens e Turismo (+1,37 p.p.) e Outros Fornecimentos por Empresas (+0,67 p.p.).

Figura 3.6. Taxas de Crescimento das "Exportações" de Bens e Serviços e Contributos das Componentes
Último ano a terminar em dezembro de 2016



Fonte: Cálculos do GEE com base em dados do Banco de Portugal, para as Exportações de Bens e Serviços, e do INE, para o cálculo da estrutura das exportações de Bens. A distribuição do contributo das Exportações de Bens (dados da Balança de Pagamentos, Banco de Portugal) pelos grupos de produtos segue a estrutura implícita na base de dados do Comércio Internacional de Mercadorias do INE para as Exportações de Bens (somatório das Exportações de mercadorias para a UE com as Exportações para Países Terceiros).

[1] Contributos - análise shift-share: TVH x Peso no período homólogo anterior + 100. O somatório corresponde à TVH das Exportações de Bens e Serviços nos últimos 12 meses, de acordo com as estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal (4,7%).

Quadro 3.8. Comércio Internacional de Bens e Serviços (Componentes dos Serviços)

Valores em milhões de Euros										
	jan-dez		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos			
			Anual		jan-dez		média anual 09-14	12 meses ^[1]		jan-dez
	2014	2015	2009	2014	2014	2015		VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH
CRÉDITO (Exportações)										
Bens e Serviços	70 747	74 064	100,0	100,0	100,0	100,0	8,3	4,7	4,7	4,7
Bens	47 236	48 990	66,0	66,8	66,8	66,1	8,5	3,7	2,5	3,7
Serviços	23 511	25 073	34,0	33,2	33,2	33,9	7,8	6,6	2,2	6,6
Serv. transf. rec. mat. pert. terc.	373	328	0,5	0,5	0,5	0,4	9,6	-12,0	-0,1	-12,0
Serv. de manutenção e reparação	332	377	10	0,5	0,5	0,5	-6,0	13,4	0,1	13,4
Transportes	5 724	5 848	8,2	8,1	8,1	7,9	7,9	2,2	0,2	2,2
Viagens e Turismo	10 394	11 362	14,5	14,7	14,7	15,3	8,5	9,3	1,4	9,3
Construção	546	545	1,1	0,8	0,8	0,7	0,7	-0,1	0,0	-0,1
Seguros e Pensões	91	126	0,2	0,1	0,1	0,2	-3,0	38,0	0,0	38,0
Financiários	400	398	0,7	0,6	0,6	0,5	4,3	-0,6	0,0	-0,6
Direitos de Utilização n.i.n.r	66	79	0,2	0,1	0,1	0,1	-10,1	21,1	0,0	21,1
Telecom., Informação e Informática	1 173	1 147	1,5	1,7	1,7	1,5	10,3	-2,2	0,0	-2,2
Outr. Fornec. por Empresas	4 031	4 503	5,2	5,7	5,7	6,1	10,2	11,7	0,7	11,7
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	239	213	0,5	0,3	0,3	0,3	-0,4	-2,9	0,0	-2,9
Bens e serviços das AP n.i.n.r	162	147	0,3	0,2	0,2	0,2	1,3	-9,5	0,0	-9,5
DÉBITO (Importações Fob)										
Bens e Serviços	68 781	70 950	100,0	100,0	100,0	100,0	3,0	3,2	3,2	3,2
Bens	56 722	58 154	83,4	82,5	82,5	82,0	2,7	2,5	2,1	2,5
Serviços	12 060	12 795	16,6	17,5	17,5	18,0	4,1	6,1	1,1	6,1
Serv. transf. rec. mat. pert. terc.	31	21	0,0	0,0	0,0	0,0	13,1	-32,7	0,0	-32,7
Serv. de manutenção e reparação	315	326	0,4	0,5	0,5	0,5	8,4	3,3	0,0	3,3
Transportes	3 212	3 222	4,1	4,7	4,7	4,5	5,5	0,3	0,0	0,3
Viagens e Turismo	3 338	3 612	4,6	4,8	4,8	5,1	4,1	8,9	0,4	8,9
Construção	103	96	0,2	0,1	0,1	0,1	-3,3	-6,9	0,0	-6,9
Seguros e Pensões	338	345	0,3	0,5	0,5	0,5	10,7	2,0	0,0	2,0
Financiários	531	585	1,1	0,8	0,8	0,8	-4,1	10,2	0,1	10,2
Direitos de Utilização n.i.n.r	511	623	0,7	0,7	0,7	0,9	4,8	21,9	0,2	21,9
Telecom., Informação e Informática	1 040	956	1,3	1,5	1,5	1,3	6,2	-8,1	-0,1	-8,1
Outr. Fornec. por Empresas	2 364	2 663	3,0	3,4	3,4	3,8	5,8	12,6	0,4	12,6
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	228	242	0,8	0,3	0,3	0,3	-12,6	5,9	0,0	5,9
Bens e serviços das AP n.i.n.r	68	106	0,2	0,1	0,1	0,1	-6,8	54,9	0,1	54,9

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal.

Notas:

Valores Fob para a Importação de bens.

Artigos

Em Análise

The effect of developing countries' competition on regional labour markets in Portugal

Tiago Monteiro Pereira¹

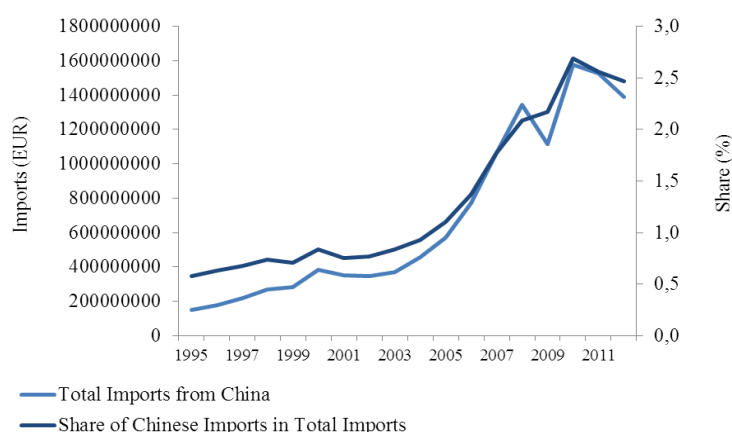
Introduction

Portuguese trade with developing countries rose 564% in the last 20 years and China became in 2014 the 8th most important importer among all trade partners. At the same time, Portugal witnessed its manufacturing employment decreasing 34%. Using a sample of persons employed in enterprises between 2004 and 2012, I show whether regions more exposed to Chinese import competition face a larger decline in manufacturing employment. My results show that an increase of 1000 EUR in imports per worker throughout the period considered causes a decrease in the share of manufacturing employment in the working age population by approximately 0.12 percentage points.

1- Portuguese Trade with China

Looking at the figure 1.1, one observes a sharp rise of Chinese imports of approximately 836% between 1995 and 2012, especially after 2001, when China had access to the World Trade Organization.

Figure 1.1. Chinese Imports in Portugal, 1995-2012



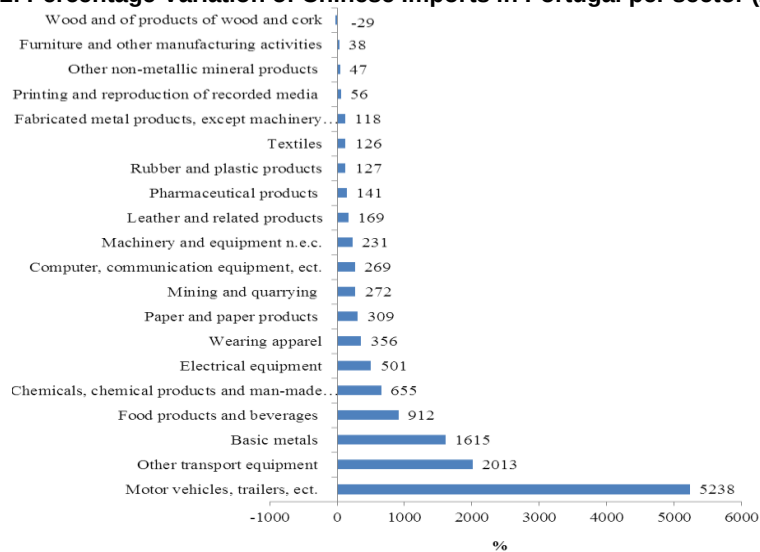
Although during the same period, exports to China increased much more (approximately 2983%), the absolute value of imports is higher, with Portugal showing a continuous trade deficit with China. In fact, the trade deficit increased almost 640% between 1995 and 2012 and imports from China represented in 2012 already 2.5% of total imports, with China becoming the eighth most important importer (vs 17th in 1995).

Considering imports per sector, and observing figure 1.2, one may conclude that the sectors with the highest growth between 2000 and 2012 are motor vehicles, other transport equipment and basic metals. However, when one considers the weight of each sector in total imports (figure 1.3) one observes that the sectors with the highest growth are not the most representative. In more detail, it is communication and computers sector which signifies the most in total Chinese imports, both in 2000 and in 2012 (16% and 17%, respectively). Moreover, one can note that while in 2000, furniture and other manufacturing goods were the second most important sector, representing 14%; in 2012, the second most important is electrical equipment (11%). Another notable fact is that basic metals which weighted only 2% in 2000, twelve years later were worth 10%. Textiles, leather and wearing apparel kept approximately the same share. It is also important to highlight that the total manufacturing sector accounts for almost 95% of all Chinese imports.

¹ BSc in Economics (NOVA School of Business and Economics, 2013) and Master in Economics (Université catholique de Louvain, 2015). Presently, trainee of PEPAC-MNE in economic diplomacy at the Portuguese Embassy in Brussels. The opinions expressed in this article represent the views of the author and do not necessarily correspond to those of the Ministry of Economy.

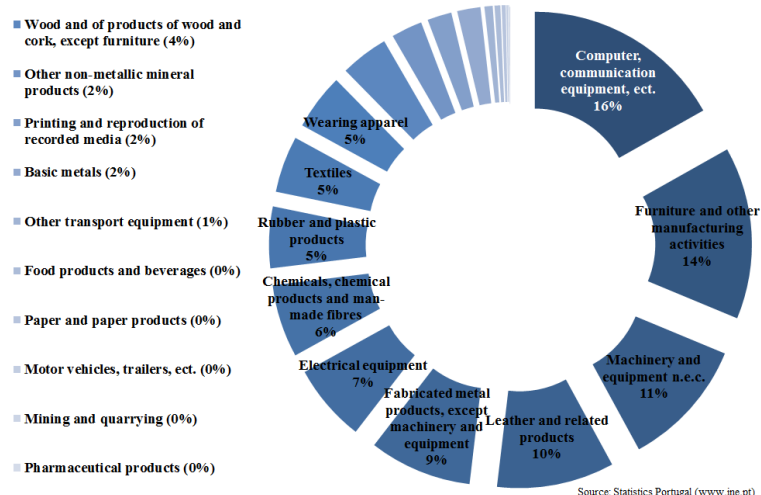
This pattern may be explained by the fact that China became more and more competitive in giving low-wage assembly services and it changed its exports from apparel and textiles toward electronic, machinery and other sophisticated goods.

Figure 1.2. Percentage Variation of Chinese Imports in Portugal per sector (2000-2012)



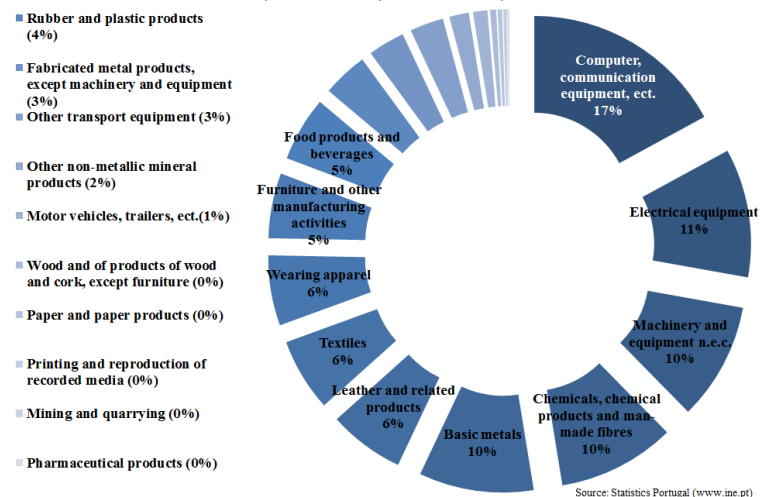
Source: Statistics Portugal (www.ine.pt)

Figure 1.3. Share of Imports per sector in Total Imports from China
(Share of Imports in 2000)



Source: Statistics Portugal (www.ine.pt)

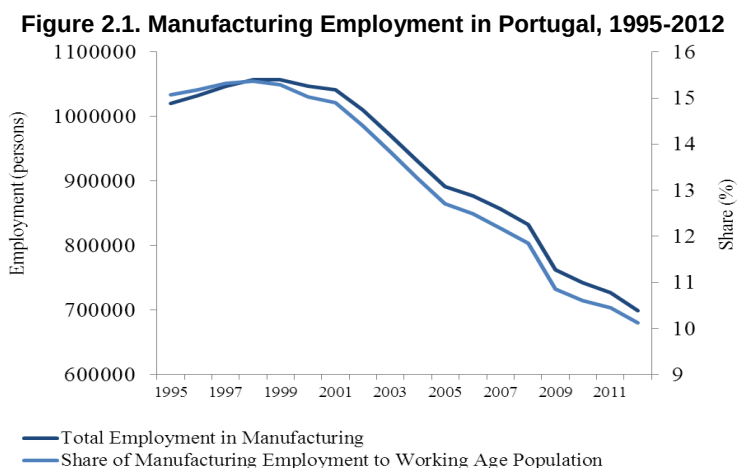
(Share of Imports in 2012)



Source: Statistics Portugal (www.ine.pt)

2- Employment in Manufacturing

Portugal witnessed a significant decrease in the manufacturing employment. Looking at figure 2.1, one can verify that total manufacturing employment rose slightly between 1995 and 1999, but in 2000, it started to decrease sharply, dropping nearly 34%; the same pattern is seen when taking into account the share of manufacturing employment to working age population, with a drop of approximately 5 percentage points between 2000 and 2012. Moreover, 57% of this negative variation is explained by the textiles, wearing apparel and leather products sectors, followed by the wood and paper products, and printing sectors (12%).



As one can observe, the shape of the manufacturing employment accompanies the shape of the Chinese imports. Therefore, using a methodology proposed by Autor et al. (2012), I am going to study whether this decline in the manufacturing employment can be explained by the import competition from China.

3- Building the Treatment Variable

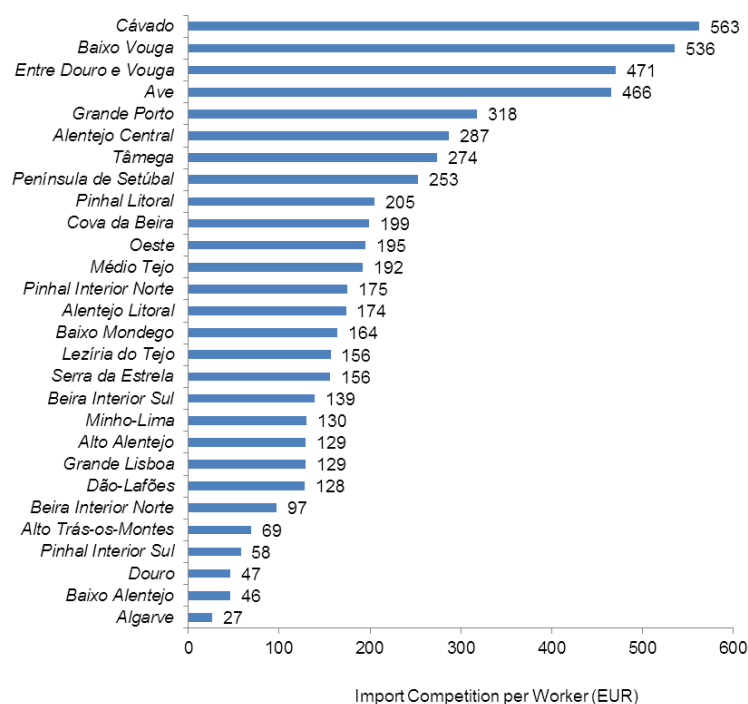
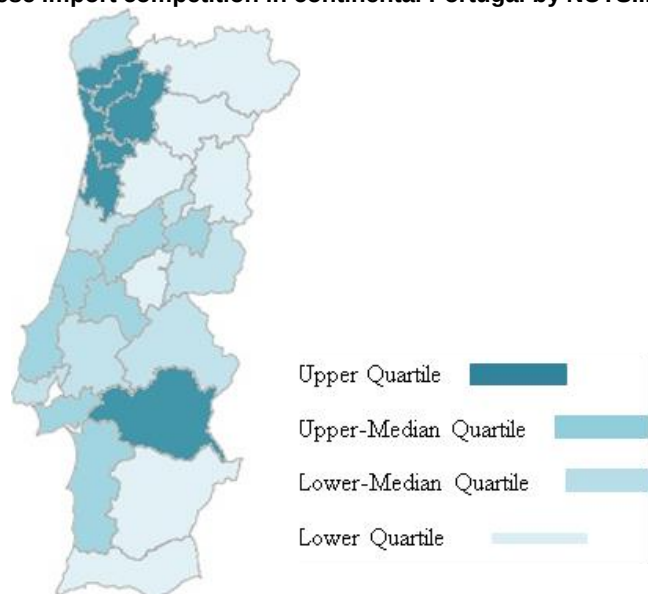
In order to study the impact of the developing countries on the Portuguese labour market I am going to use a methodology from the study of Autor et al. (2012).

To build the treatment variable, the authors developed a model based on a monopolistic competition approach and they considered one region as a small open economy. With the view to measure the monopolistic competition model, Autor et al. applied a gravity structure wherein they took into account variations in trade quantities as an alternative to the Heckscher-Ohlin approach for trade prices. Next, they assumed two channels in which China may affect region i : the export-supply channel related to the competition in the markets where each region sells its production (as a function of changes in labour costs, trade costs and the number of varieties made in China); and the import-demand shocks in China captured by the expenditure of each industry (j). Consequently, the labour-market outcomes, which are the change in wages, the change in employment of traded goods and the change in employment of non-traded goods, correspond to the sum of the two channels. Substituting employment in the U.S. by employment in Portugal, the treatment variable becomes:

$$\Delta ImpComp_{it} = \sum_j \frac{Emp_{ijt}}{Emp_{Pjt}} \frac{\Delta Imp_{Cjt}}{Emp_{it}}$$

Wherein ΔImp_{Cjt} indicates the variation of Chinese imports to Portugal by industry j between 2004 and 2012, Emp_{it} is the total employment in each NUTSIII in 2004 and $\frac{Emp_{ijt}}{Emp_{Pjt}}$ is the share of employment in each NUTSIII and industry j in total employment of industry j in 2004 as well. In other words, the treatment variable captures the import competition from China per worker and the variation in the treatment variable across regions comes entirely from the variation in local industry employment at the start of the period t (2004). Therefore, the labour market is more exposed to imports competition if imports grow at a larger scale during the period of time studied.

Calculating the treatment variable I found the following results in figure 3.1 and 3.2.

Figure 3.1. Chinese Import Competition per worker (EUR) by NUTSIII region, 2004-2012**Figure 3.2. Chinese import competition in continental Portugal by NUTSIII region, 2004-2012**

By looking at both figures, one may conclude that the most affected regions (upper quartile) are located mainly in the northern coastline of Portugal which is one of the most industrialized regions of Portugal. The regions less affected are the south and the inner of Portugal. This is expected because it is a region characterized by whether a high level of agriculture and no industry or mostly tourism (case of Algarve). Moreover, there is a big difference between the most affected and least affected regions. While Cávado shows an increase of 563 euros of Chinese imports per worker between 2004 and 2012, Algarve only shows an increase of 27 euros per worker during the same period. Additionally, the average increase in the upper quartile (416 € per worker) is approximately six times larger than the average increase in the lower quartile (67 € per worker). Comparing to the other studies, these values are quite smaller. For example, in the case of Spain², the upper quartile showed an increase of 1788 dollars per worker during 1995 through 2007, and in the case of USA³, the average increase was 2110 dollars per worker during 2000 through 2007. This difference may partly be explained by the lack of some observations.

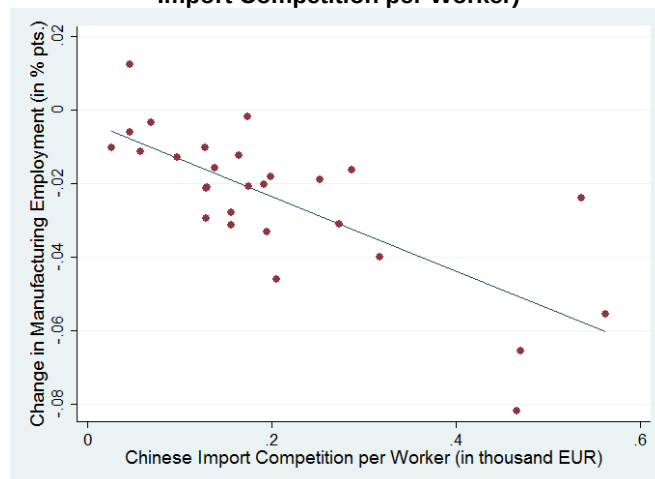
² Donoso et al. (2013)

³ Autor et al. (2012)

4- Building the Model and Results

First of all, figure 4.1 shows the relationship between the change in manufacturing employment as a percentage of the working age population and the Chinese import competition per worker. As one can see, there is a negative relationship; regions that are more affected by higher competition (import exposure) face a larger negative change in manufacturing employment between 2004 and 2012.

Figure 4.1. OLS reduced form regression (Change in Manufacturing Employment and Chinese Import Competition per Worker)



However, this negative relationship may also be affected by other factors. Therefore, in order to further analyse the impact, I fit a regression which is in line to the one used by Autor et al. (2012). The model estimated is the following:

$$\Delta Emp_{mit} = \alpha_0 + \alpha_1 \Delta ImpComp_{it} + X'_{it} \alpha_2 + \varepsilon_{it}$$

Where the dependent variable ΔEmp_{mit} measures the change in manufacturing employment in percentage of the working age population between 2004 and 2012 for NUTSIII region i ; the independent variable $\Delta ImpComp_{it}$ is the treatment variable explained previously and used to measure the Chinese import competition between 2004 and 2012 at the regional level; and X'_{it} is a vector of control variables at the start of period t (2004). In my study, and following the methodology used in Autor et al. (2012), the control variables are related to the labour market specificities and to the demographic structure. All the observations are weighted by the first year share of regional population in total Portuguese population (2004).

In column 1 of table 4.2, the result shows a negative and statistically significant at 1% level the effect of the import competition on manufacturing employment. The estimated coefficient states that an increase of 1000 EUR in imports per worker between 2004 and 2012 causes a decrease in the share of manufacturing employment in the working age population of approximately 0.12 percentage points.

In column 2 of table 4.2, I use an instrumental variable and the coefficient estimated is again statistically significant at 1% level and marginally higher.

The use of the instrumental variable is related to the possibility of endogeneity problems. Actually, during the time considered, Portugal was affected by the financial crisis in 2008 and 2009 and by the austerity program imposed by Troika which started in 2011. Both these two shocks are supposed to affect negatively imports and the labour market, underestimating the coefficient. Once again, I decided to follow the methodology proposed by Autor et al. (2012) to control the endogeneity problems and build an instrumental variable. In this case, instead of using Chinese imports to Portugal, I use Chinese Imports to other 11 high-wage countries⁴. Then, the instrument becomes:

$$\Delta ImpCompOther_{it} = \sum_j \frac{Emp_{ijt}}{Emp_{Pjt}} \frac{\Delta ImpOther_{cjt}}{Emp_{it}}$$

Considering the coefficient estimated by the instrumental variable, one may conclude that the variation in the manufacturing employment is well explained by the increase of import competition from China, and

⁴ Spain, UK, Belgium, France, Netherlands, Ireland, Italy, Germany, Sweden, Denmark and USA

there is no robust demand factors affecting my results. In fact, while the treatment variable measures the Chinese total impact (supply shocks in China and demand shocks in Portugal), the instrumental variable captures only the Chinese supply shocks. It is important to highlight that both coefficients depict a large R-square, which means that the treatment variable well explains the variation in manufacturing employment.

Comparing to the other two studies⁵, my results are significantly smaller. In the case of Spain and USA, the coefficients estimated were -1.4 and -0.746 percentage points, respectively. However, one has to take into the account that the period considered is different, the lack of some observations and the smaller values calculated for the treatment variable.

Table 4.2. Chinese Import Competition and Change of Manufacturing Employment in NUTSIII regions, 2004-2012

Dependent Var.: Change in Manufacturing Employment/working age pop (in % pts)		
Independent Var.	Column (1) OLS	Column (2) 2SLS
Import Competition/ worker	-0.125*** (0.0133)	-0.126*** (0.0116)
R-squared	0.854	0.854

Notes: N= 28 (28 NUTSIII regions x 1 period). Robust standard errors in parentheses. Statistical significance is indicated by *** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1 Models are weighted by the start of the period region share of national population.

In table 4.3, I add an important control variable which is the percentage of manufacturing employment in total employment at the start of the period. This control variable is used to capture a decline trend in the manufacturing employment that otherwise would affect the treatment variable. With this control, the treatment variable will only show the effect that comes from the differences between industries and their exposure to the Chinese import competition. In column (1) I use the usual OLS and in column (2) I use the instrumental variable. The control variable is negative in both cases but only statistically significant when I use the instrumental variable. Moreover, despite of decreasing considerably, both treatment variables continue to be statistically significant. In conclusion, one can say that the change in manufacturing employment in percentage of the working age population may also be partly explained by a downward trend in the manufacturing employment sector.

In table 4.4, I build my model with the full controls. Therefore, I add the control variables regarding the demographic structure of Portugal: the first year period share of working-age population who is foreign-born, the first year period share of working-age population who got graduated, the first year period share of working-age women population and the first year period share of working-age young population.

Table 4.3. Chinese Import Competition and Change of Manufacturing Employment in NUTSIII regions, 2004-2012

Dependent Var.: Change in Manufacturing Employment/working age pop (in % pts)		
Independent Var.	Column (1) OLS	Column (2) 2SLS
Import Competition/ worker	-0.0824** (0.0356)	-0.0827*** (0.0249)
Manufacturing em- ployment (%)	-0.0574 (0.0425)	-0.0570* (0.0338)
R-squared	0.876	0.876

Notes: N= 28 (28 NUTSIII regions x 1 period). Robust standard errors in parentheses. Statistical significance is indicated by *** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1 Models are weighted by the start of the period region share of national population.

⁵ Autor et al. (2012) and Donoso et al. (2013)

Table 4.4. Chinese Import Competition and Change of Manufacturing Employment in NUTSIII regions, 2004-2012

Dependent Var.: Change in Manufacturing Employment/working age pop (in % pts)		
Independent Var.	Column (1) OLS	Column (2) 2SLS
Import Competition/ worker	-0.0201 (0.0391)	-0.0460* (0.0242)
Manufacturing employment (%)	-0.124** (0.0572)	-0.0972** (0.0495)
Share foreign-born population (%)	0.387 (1.334)	0.156 (1.024)
Share of graduated population (%)	-0.594 (0.725)	-0.521 (0.647)
Share of women population (%)	-0.108 (0.0977)	-0.0829 (0.0712)
Share of young population (%)	0.325 (0.307)	0.256 (0.236)
R-squared	0.925	0.922

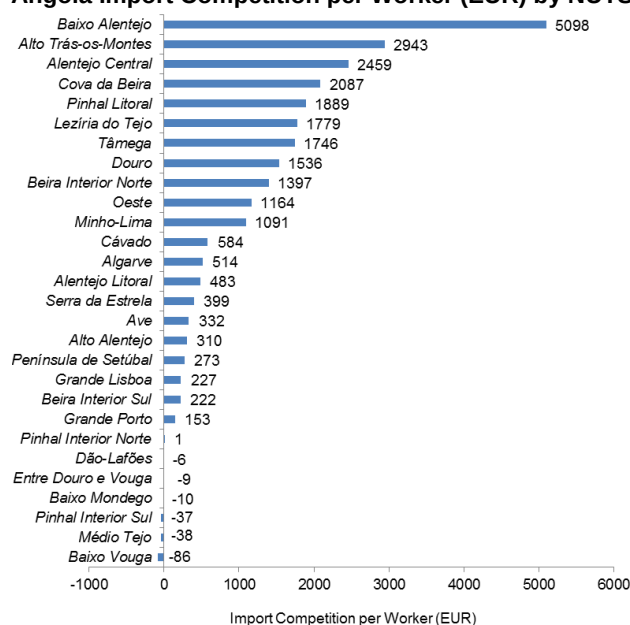
Notes: N= 28 (28 NUTSIII regions x 1 period). Robust standard errors in parentheses. Statistical significance is indicated by *** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1 Models are weighted by the start of the period region share of national population.

Comparing to the previous situations, the results change significantly. When using OLS, the coefficient becomes statistically insignificant. Moreover, only the percentage of manufacturing employment is statistically significant at 5% level and negative, which means that the variation in manufacturing employment shared by working-age population follows a downward trend due to other factors rather than being caused by Chinese import competition. Specifically, when manufacturing employment in 2004 increases 1 percentage point, there is a negative variation of 0.12 percentage points between 2004 and 2012 in the share of manufacturing employment; all other control variables are not statistically significant. Contrary to the study of Autor et al. (2012) and Donoso et al. (2013), wherein adding control variables do not affect the results, here it is not the case. However, when using the instrumental variable, although being smaller, the treatment variable remains weakly statistically significant at 10% level. In particular, at a 1000 EUR increase of imports per worker, the manufacturing employment to working age population declines 0.0460 percentage points. Once again, it is important to highlight that, given the low number of observations; it might be possible that the results are not very reliable when I add controls. Therefore, one may conclude that, import competition from China may have a small and negative impact in the Portuguese manufacturing sector.

5- Non-China Trade

Since I am studying the effect of developing countries' competition on regional labor markets in Portugal; and Portugal has a good trade relationships with two other important developing countries which are Brazil and Angola, I decided to study its impact as well. For this purpose, I build my treatment variable exactly as before, but instead of using the variation of Chinese imports I use the variation of imports from Brazil plus Angola. The results are shown in figure 5.1 and the average is 947 EUR per worker between 2004 and 2012.

In table 5.2, one can verify that, although the increase in import competition per worker is higher than the Chinese case, the coefficient of the treatment variable is never statistically significant. The only effect comes from the percentage of manufacturing employment, which means that the negative variation in manufacturing employment is due to a larger initial percentage of manufacturing employment.

Figure 5.1. Brazil + Angola Import Competition per Worker (EUR) by NUTSIII region, 2004-2012**Table 5.2. Brazil + Angola Import Competition and Change of Manufacturing Employment in NUTSIII regions, 2004-2012**

Dependent Var.: Change in Manufacturing Employment/working age pop (in % pts)			
Independent Var.	Column (1)	Column (2)	Column (3)
Import Competition/ worker (BRZ+ANG)	-0.00683 (0.00738)	0.00366 (0.00719)	0.00265 (0.00390)
Manufacturing employment (%)		-0.152*** (0.0202)	-0.133** (0.0481)
Share foreign-born population (%)			0.712 (1.305)
Share of graduated population (%)			-0.535 (0.728)
Share of women population (%)			-0.102 (0.112)
Share of young population (%)			0.279 (0.350)
Observations	28	28	28
R-squared	0.016	0.814	0.925

Notes: N= 28 (28 NUTSIII regions x 1 period). Robust standard errors in parentheses. Statistical significance is indicated by *** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1. Models are weighted by the start of the period region share of national population..

The reason for that may lie in the type of goods imported from Brazil and China. For example, in 2012, almost 80% of the total imports were concentrated in mining and quarrying, which is a sector with a small percentage of people employed (approximately 1.8% in 2012). In fact, looking at figure 5.1, one may see that the most affected regions are those corresponding to the south and inner of Portugal which have a higher degree of agriculture and people employed in mining and quarrying. Moreover, one may say that the increase in trade between Portugal and Brazil and Angola are mostly associated with cultural proximity, same language and historical long-term relationships, rather than being associated with better productivity or lower trade barriers, as the case of China. Another important factor concerns the trade balance which is positive between 2006 and 2012. For instance, the value of exports is multiplied by 2.4 the value of imports in 2009; this situation never occurs with China.

6- Importance of Exports

Another way to study the robustness of my results is using alternative measures to evaluate the impact of trade exposure. As mentioned in Autor et al. (2012), and following the methodology used by them, I decid-

ed to use net imports, in substitution of imports as an alternative measure. Therefore, the treatment variable becomes:

$$\Delta ImpComp_{it} = \sum_j \frac{Emp_{ijt}}{Emp_{Pjt}} \frac{\Delta(Imp - Exp)_{cjt}}{Emp_{it}}$$

Wherein $\Delta(Imp - Exp)_{cjt}$ is the variation of difference between imports from and exports to China.

The use of net imports is an important specification because despite having a negative trade balance with China, Portuguese exports increased much more than imports between 2004 and 2012 (670% vs 203%). However, it is important to highlight the differences between the type of imports and exports. As mentioned previously, in 2000, Portugal imported mostly computers and communication equipment, furniture and other manufacturing goods and machinery, and exported, as well, mostly, machinery, products of wood and electrical equipment. This similarity in machinery products may be explained by the fact that I am not taking into account the division between final and intermediary goods. Nevertheless, the specialization of China in producing more sophisticated products is so extraordinary that Portugal was exporting in 2012 mostly motor vehicles and parts thereof and mining and quarrying products and importing computers and communication equipment, electrical equipment and machinery.

Since Portugal just as the U.S. may not be in the same production chain as China, one needs to be cautious when analyzing the results. Moreover, contrary to Autor et al. (2012), I am not using any instrumental variable, which may affect my estimations.

The results presented in table 6.1 show a statistically and significant coefficient of the net imports competition per worker with and without controls. In column (1), when net import exposure per worker increases 1000 EUR, manufacturing employment to working age population ratio declines 0.145 percentage points. In fact, by removing exports, the coefficient is approximately 16% higher than the coefficient of gross imports. Moreover, contrary to the gross imports estimates, when I add full controls, the coefficient remains negative and statistically significant at 1% level. This means that exports had a negative impact on the treatment variable and take them into account was a good strategy to improve my estimations and conclusions. In addition, by using regional fixed effects, the coefficients are similarly precisely estimated.

Table 6.1. Chinese Net Import Competition and Change of Manufacturing Employment in NUTSIII regions, 2004-2012 (Regional Fixed Effects Estimates)

Dependent Var.: Change in Manufacturing Employment/working age pop (in % pts)			
Independent Var.	Column (1)	Column (2)	Column (3)
Net Import Competition/ worker	-0.145*** (0.0471)	-0.0503** (0.0209)	-0.0716*** (0.0149)
Manufacturing employment (%)		-0.124*** (0.0222)	-0.110*** (0.0334)
Share foreign-born population (%)			0.653 (0.806)
Share of graduated population (%)			0.609 (0.380)
Share of women population (%)			-0.301*** (0.0868)
Share of young population (%)			0.781*** (0.272)
Observations	28	28	28
R-squared	0.501	0.847	0.964
Using Regional Fixed Effects			
Net Import Competition/ worker	-0.138*** (0.0231)	-0.0767*** (0.0186)	-0.0711*** (0.0132)

Notes: N= 28 (28 NUTSIII regions x 1 period). Model estimated by regional fixed effects using 5 NUTSII regions. Robust standard errors in parentheses. Statistical significance is indicated by *** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1. Models are weighted by the start of the period region share of national population. Full regional fixed effects model in A.6.

7- Conclusion

While total Portuguese trade with developed countries increased approximately 181% in the last 20 years, trade with developing countries rose 564%. With China explaining 17% of this variation, it became in 2014 the 8th most important importer among all trade partners and the 2nd among all developing countries. Although exports have grown much more impressively in the last years, the trade deficit with China increased almost 640% between 1995 and 2012. Moreover, with import penetration rate of Chinese imports reaching almost 80% in 2012, it is undeniable the growing importance of trade with China to the Portuguese economy.

At the same time, Portugal witnessed its manufacturing employment decreasing 34%, which may be explained by the growing trade exposure to China. Many studies before concluded that trade with developing countries affects negatively the labour markets in the developed countries, with, for instance, less manufacturing employment, lower earnings and wages, more unemployment, lower firms' employment growth and firms' survival and lower demand for unskilled workers.

Using a methodology proposed by Autor et al. (2012), my study is the first examining whether the decline in the manufacturing employment in Portugal can be partly explained by the import competition from China. Using a sample of persons employed in enterprises between 2004 and 2012, I show whether regions more exposed to Chinese import competition face a larger decline in manufacturing employment.

My results show that regions specialized in manufacturing sectors where the rise in Chinese imports was higher, witnessed a larger decline in the manufacturing employment than regions where exposure to import competition was smaller; and they are robust for regional fixed effects and when using net imports per worker, rather than gross imports per worker. Specifically, an increase of 1000 EUR in imports per worker throughout the period considered causes a decrease in the share of manufacturing employment in the working age population by approximately 0.12 percentage points or a decline of 0.431 log points.

Additionally, when I consider import competition from Angola plus Brazil, rather than China, the results are not statistically significant and conclusive because the trade relationships between Portugal and those countries are considerably different than the trade relationships with China.

To finish, it would be very interesting to estimate the impact of import competition on wages and benefits received from the State and look at the aggregate impact on income, as Autor et al. (2012) have done in their study.

References

- AMITI, M. and FREUND, C.** (2010), "The Anatomy of China's Export Growth", *NBER Working Paper 10451*, National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA.
- ARKOLAKIS, C., COSTINOT A. and RODRÍGUEZ-CLARE, A.** (2012), "New Trade Models, Same Old Gains?", *American Economic Review*, 102(1), 94-130.
- AUER, R. and FISCHER, A.M.** (2008), "The Effect of Trade with Low-Income Countries on U.S. Industry", *Federal Reserve Bank of Dallas and Globalization and Monetary Policy Institute*, 14.
- AUTOR, D.H., DORN, D. and HANSON, G.H.** (2012), "The China Syndrome: Local Labor Market Effects of Import Competition in the United States", *NBER Working Paper 18054*, National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA.
- AUTOR, D.H., DORN, D., HANSON, G.H. and SONG, J.** (2013), "Trade Adjustment: Worker Level Evidence"
- BERNARD, A.B., JENSEN, J.B. and SCHOTT, P.K.** (2006), "Survival of the best fit: Exposure to low-wage countries and the (uneven) growth of U.S. manufacturing plants", *Journal of International Economics*, 68, 219-237.
- BRANDT, L., VAN BIESEBROECK, J. and ZHANG, Y.** (2009), "Creative Accounting or Creative Destruction? Firm-Level Productivity Growth in Chinese Manufacturing", *NBER Working Paper 15152*, National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA.

- BRANSTETTER, L. and LARDY, N.** (2006), "China's Embrace of Globalization", *NBER Working Paper 12373*, National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA.
- BRODA, C. and WEINSTEIN, D.E.** (2004), "Globalization and the Gains from Variety", *NBER Working Paper 10314*, National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA.
- CABRAL, M. and SILVA, J.** (2006), "Intra-industry Trade Expansion and Reallocation Between Sectors and Occupations", unpublished publication.
- CHANEY, T.** (2011), "The Gravity Equation in International Trade: An Explanation", *University of Chicago, NBER and CEPR*, Preliminary and Incomplete.
- DONOSO, V., MARTÍN, V. and MINONDO, A.** (2013), "Do differences in the exposure to Chinese imports lead to differences in local labour market outcomes? An analysis for Spanish provinces", unpublished manuscript.
- DONOSO, V., MARTÍN, V. and MINONDO, A.** (2013), "Does competition from China raise the probability of becoming unemployed? An analysis using Spanish workers' micro-data", unpublished manuscript.
- EBENSTEIN, A., HARRISON, A., MCMILLAN, M. and PHILLIPS, S.** (2009), "Estimating the Impact of Trade and Offshoring on American Workers Using the Current Population Surveys", *NBER Working Paper 15107*, National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA.
- FAUSTINO, H.C.** (2010), "Intra-Industry Trade and Labour Market Adjustment in the Automobile Industry", *International Journal of Economics and Finance*, 2 4.
- FAUSTINO, H.C. and LEITÃO, N.C.** (2010), "The Portuguese intra-industry trade and the labor market adjustment costs: The SAH Again", *School of Economics and Management, Technical University of Lisbon*, working paper 08.
- FEENSTRA, R.C. and HANSON, G.H.** (1996), "Globalization, Outsourcing, and Wage Inequality", *American Economic Review*, 86 2, 240-245.
- FEENSTRA, R.C. and HANSON, G.H.** (1999), "The Impact of Outsourcing and High-Technology Capital on Wages: Estimates for the United States, 1979-1990", *Quarterly Journal of Economics*, 114 3, 907-940.
- di GIOVANNI, J., LEVCHENKO, A.A. and ZHANG, J.** (2012), "The Global Welfare Impact of China: Trade Integration and Technological Change", *IMF working paper 12/79*, International Monetary Fund.
- GOLDBERG, P., KHANDLWAL, A., PAVCNİK, N. and TOPALOVA, P.** (2008), "Imported Intermediate Inputs and Domestic Product Growth: Evidence from India", *NBER Working Paper 14416*, National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA.
- GROSSMAN, G.M. and ROSSI-HANSBERG, E.** (2008), "Trading Tasks: A Simple Theory of Offshoring", *American Economic Review*, 28 5, 1978-199
- HARRISON, A. and MCMILLAN, M.** (2009), "Offshoring Jobs? Multinationals and US Manufacturing Employment", *Tufts University*.
- HSIEH, C. and OSSA, R.** (2011), "A Global View of Productivity Growth in China", *NBER Working Paper 16778*, National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA.
- HSIEH, C. and OSSA, R.** (2015), "A Global View of Productivity Growth in China", *NBER Working Paper 16778*, National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA, revised publication.
- KOVAK, B.** (2011), "Local Labor Market Effects of Trade Policy: Evidence from Brazilian Liberalization", *Carnegie Mellon University*.
- KRUGMAN, P. and LAWRENCE, R.** (1993), "Trade, Jobs, and Wages", *NBER Working Paper 4478*, National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA.

KRUGMAN, P. (1995), "Growing World Trade: Causes and Consequences", *Brookings Papers on Economic Activity*, 1, 327-377

KRUGMAN, P. (2008), "Trade and Wages, Reconsidered", *Brookings Papers on Economic Activity*, 1, 103-154.

LEITÃO, N.C., DIMA, B. and STEFANA, D. (2013), "Marginal Intra-industry Trade and Adjustment Costs in Labour Market", *Fondazione Eni Enrico Mattei*, 39.2013.

LIU, R. and TREFLER, D. (2011), "A Sorted Tale of Globalization: White Collar Jobs and the Rise of Service Offshoring", *NBER Working Paper 17559*, National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA.

MAYDA, A.M., NAKANE, M., STEINBERG, C. and YAMADA, H. (2012), "Exposure to Low-wage Country Imports and the Growth of Japanese Manufacturing Plants", *Research Institute of Economy, Trade and Industry*, 12-E-038.

MION, G. and ZHU, L. (2010), "Import Competition from and Outsourcing to China: A Curse or Blessing for Firms?" *Centre for Economic Performance*, 1038.

PRANDEKA, M. (2013), "Portugal: Labour Market Reforms – A Summary of main problems and actions taken", *Global Economics & Market Outlook*, Eurobank

TOPALOVA, P. (2007), "Trade Liberalization, Poverty and Inequality: Evidence from Indian Districts", *NBER Working Paper 01110*, National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA.

TOPALOVA, P. (2010), "Factor Immobility and Regional Impacts of Trade Liberalization: Evidence on Poverty from India", *International Monetary Fund*, 10/218

VERHOOGEN, E. A. (2007), "Trade, Quality Upgrading and Wage Inequality in the Manufacturing Sector", *Columbia University, BREAD, CEPR and IZA*, 2913.

WOOD, A. (1995), "How Trade Hurt Unskilled Workers", *Journal of Economic Perspectives*, 9 3, 57-80.

World Trade Report 2014, "Trade and development: recent trends and the role of the WTO", *World Trade Organization*.

Mercados informação global (2014), "China Ficha de Mercado", *aicep Portugal Global*.

2013, "Portugal Reforming the State to Promote Growth", *OECD "Better Policies" Series*, Organization for Economic Co-operation and Development.

2014, "Portugal Deepening Structural Reform to Support Growth and Competitiveness", *OECD "Better Policies" Series*, Organization for Economic Co-operation and Development

Iniciativas e Medidas Legislativas

1. Iniciativas

Iniciativa	Sumário
Reunião Conselho ECOFIN 8 de março de 2016	Do debate ocorrido no Conselho ECOFIN de 8 de março de 2016 destacam-se os seguintes temas: ▪ Medidas de combate à elisão fiscal: O Conselho manifestou forte apoio no sentido de se alcançar um acordo político relativamente a uma proposta de diretiva sobre a troca automática de informação fiscal relativa à atividade de grupos multinacionais de empresas. A diretiva será adotada assim que o Parlamento Europeu emita a sua opinião e seja levantada a reserva parlamentar do Reino Unido. Esta proposta legislativa - incluída no pacote contra a elisão fiscal apresentado pela Comissão a 28 de janeiro de 2016 - visa alterar a diretiva relativa à cooperação administrativa em matéria fiscal, no sentido de implementar na UE o modelo desenvolvido pela OCDE que incumbe os grupos multinacionais de reportar a informação fiscal de forma detalhada, país a país (<i>Country by Country Report</i>), e as autoridades tributárias nacionais de trocar essa informação de forma automática. Esta obrigação aplicar-se-á aos grupos multinacionais que apurem, no período de tributação anterior ao do reporte, receitas consolidadas iguais ou superiores a 750 milhões de euros. ▪ Sustentabilidade Orçamental: O Conselho adotou conclusões relativas ao Relatório de Sustentabilidade Orçamental de 2015. Nestas conclusões é destacado o possível risco associado à instabilidade dos mercados financeiros, atendendo ao nível elevado dos rácios de dívida em percentagem do PIB, e é sugerido que os países devem usar ganhos orçamentais resultantes das atuais baixas taxas de juro para consolidação orçamental, reformas estruturais ou investimento, de acordo com a situação orçamental de cada um. É igualmente referida a necessidade de se cumprirem as regras orçamentais da União e de se manter a dinâmica de reformas, evitando a reversão de medidas que melhoram a sustentabilidade. É reafirmada a necessidade de dar seguimento a políticas apropriadas em todas as áreas relacionadas com o envelhecimento da população e de continuar a dar passos para aumentar a idade efetiva de reforma, convidando os países a equilibrar as necessidades crescentes de cuidados de saúde universais com a necessidade de reduzir os níveis elevados de dívida pública. ▪ Governança económica – Relatórios por país: A Comissão Europeia apresentou os relatórios por país, os quais analisam os desafios económicos e sociais e monitorizam a implementação das reformas e o estado de implementação das Recomendações Específicas, com enfoque nas medidas tomadas no sentido de remover as barreiras ao investimento. Para os 18 países identificados com apresentando desequilíbrios macroeconómicos, incluindo Portugal, os relatórios incluem ainda uma análise aprofundada aos mesmos. Durante o debate, houve acordo entre os Ministros relativamente à reduzida implementação das Recomendações Específicas e à necessidade de melhorar a situação, acordando também na necessidade de enfrentar os desafios ao investimento, como os obstáculos ao ambiente de negócios, ineficiências na Administração Pública e regulamentação específica a determinados sectores. Dada a importância de avaliar todos os anos a implementação das Recomendações, os Ministros concordaram em fazê-lo anualmente no Conselho. Foram ainda adotadas sem debate as recomendações de política económica para a área do euro no âmbito do Semestre Europeu. Estas sugerem a prosse-

Iniciativa	Sumário
	cução de políticas económicas são, a implementação de reformas nos mercados de trabalho, produto e serviços e a prossecução de políticas orçamentais em consonância com os compromissos europeus e de modo a assegurar uma política orçamental neutra em termos agregados em 2016 e reduzir a dívida pública em 2017. É ainda sugerido facilitar a redução gradual do crédito em incumprimento, melhorar os procedimentos de insolvência e trabalhar para a conclusão da União Económica e Monetária.
Acesso ao conhecimento, qualificações e empregabilidade: - Programa Integrado de Educação e Formação de Adultos - Regime de contratação de doutorados - «Compromisso com o Conhecimento e a Ciência: o Compromisso com o Futuro» - Política Nacional de Ciência Aberta - Diploma de técnico superior profissional Conselho de Ministros de 24 de março	Em matéria de acesso ao conhecimento, qualificações e empregabilidade: - Criação de um Programa Integrado de Educação e Formação de Adultos, tendo em vista a melhoria das competências e qualificações, o ajustamento com as necessidades do mercado de trabalho e a aposta em percursos formativos qualificantes. - Adoção de um regime de contratação de doutorados destinado a estimular o emprego científico e tecnológico em todas as áreas do conhecimento, promovendo o rejuvenescimento das equipas de investigação das instituições científicas e de ensino superior, assim como a valorização das atividades de investigação nessas instituições. - Fixação dos termos de referência para a discussão pública de uma Agenda «Compromisso com o Conhecimento e a Ciência: o Compromisso com o Futuro» para os anos 2016 a 2020, procurando-se assegurar às instituições um quadro de financiamento estável para a sua implementação. - Definição dos princípios orientadores para a implementação de uma Política Nacional de Ciência Aberta que terá como objetivo promover o acesso livre a publicações de dados científicos que resultem de investigação financiada com fundos públicos. - Alteração ao regime jurídico dos graus e diplomas do ensino superior, criando o diploma de técnico superior profissional, e procedendo à alteração das normas que regulam os concursos especiais para acesso e ingresso no ensino superior.
Fomento da inovação e modernização produtiva: - Criação do «Conselho Nacional dos Centros Académicos Clínicos» - Grupo de Trabalho para propor medidas de promoção da investigação clínica Conselho de Ministros de 24 de março	Fomento da inovação e modernização produtiva, através do reforço das articulações entre as instituições que produzem conhecimento e as instituições capacitadas para a valorização social e económica desse mesmo conhecimento. - No domínio da articulação entre a ciência e a saúde, criação do «Conselho Nacional dos Centros Académicos Clínicos», uma estrutura integrada de assistência, ensino e investigação médica, associando escolas médicas a centros hospitalares e unidades de investigação. - Na área da investigação médica, criação de Grupo de Trabalho, com um mandato de seis meses, que irá estudar e propor medidas de promoção de investigação clínica e de translação e da inovação biomédica em Portugal.
Programa <i>Startup</i> Portugal Portal do Governo	A <i>Startup</i> Portugal é a estratégia nacional para o empreendedorismo, que inclui a criação de um ecossistema de empreendedorismo em Portugal. A estratégia tem como principais objetivos:

Iniciativa	Sumário
8 de março	• Criar um ecossistema de empreendedorismo à escala nacional; • Atrair investidores nacionais e estrangeiros para investirem em <i>startups</i>; • Cofinanciar <i>startups</i>, sobretudo na fase de ideia; • Promover e acelerar o crescimento das <i>startups</i> nos mercados externos; • Implementar as medidas do Governo de apoio ao empreendedorismo.
Financiamento da economia do mar: - Fundo Azul - MAR 2020 Conselho de Ministros de 3 de março	Visa dinamizar o acesso ao financiamento da economia do mar. - Fundo Azul, com o objetivo de se constituir como um mecanismo de incentivo financeiro ao arranque de novas atividades ligadas à economia do mar, nas diversas vertentes de proteção do património natural, gestão do risco associado aos novos usos do mar, investigação científica e a Investigação e Desenvolvimento empresarial. Incluem-se as atividades económicas tradicionais, as atividades emergentes que acrescentam elevada incorporação científica e tecnológica, bem como os sistemas portuário e logístico nacionais e o transporte marítimo e de cruzeiros. - Aprovou a resolução que concretiza a implementação do Programa Operacional MAR2020, através do estabelecimento de prazos para proceder à publicação dos regulamentos específicos das medidas de apoio previstas no Programa Operacional Mar 2020 e determina a abertura de concursos para os projetos DLBC (desenvolvimento local de base comunitária) nas Regiões Autónomas. Com esta medida, o Governo pretende impulsionar o crescimento da economia do mar através do apoio à competitividade das empresas do setor, à investigação científica, à inovação, à aquicultura, à promoção da eficiência energética, à aposta no ingresso de jovens pescadores na atividade pesqueira e às compensações de sobrecusto a que estão sujeitos os operadores do setor da pesca das Regiões Ultraperiféricas. O Programa Operacional Mar 2020, cofinanciado pelo Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e Pescas (FEAMP) e em vigor no período de 2014-2020, é um programa nacional destinado a apoiar a execução da Política Comum das Pescas (PCP) e da Política Marítima Integrada (PMI). Deve contribuir para a concretização do objetivo de duplicar o peso do Mar na economia nacional.
Fatura Única Portuária (FUP) – medida do programa Simplex 2016 Conselho de Ministros de 3 de março	Criação da Fatura Única Portuária por Escala de Navio (FUP), que agrega a faturação de todas as entidades públicas, nos atos de despacho de largada, para cada escala de navio. Pretende-se que todos os valores cobrados pelas várias entidades envolvidas passem a ser faturados por uma única entidade, com impacto na redução dos custos administrativos. Estima-se uma redução direta dos custos por escala de navio, bem como uma economia de cerca de 600 000 folhas de papel por ano. A Fatura Única Portuária será implementada como projeto-piloto no Porto de Sines até ao fim do primeiro trimestre de 2016. A implementação e extensão da FUP a todos os portos principais do país deverão concretizar-se até ao final de 2016.
Promoção da competitividade, da integração do território e da descentralização: - Administração comum dos Portos	Aprovou um conjunto de medidas com o objetivo de promover a competitividade, a integração do território e a descentralização. - Conselho de Administração comum para o Porto de Lisboa e os Portos de Setúbal e Sesimbra para efeitos de planeamento estratégico e promoção de sinergias organizacionais de ambas as empresas. - Estabeleceu as condições de funcionamento da Comissão Interministerial

Iniciativa	Sumário
de Lisboa e Setúbal - Comissão Inter-ministerial de Assuntos do Mar - Grupo de trabalho para promoção do transporte e apoio à marinha mercante - Grupo de Trabalho «Energia no Mar», Conselho de Ministros de 3 de março	dos Assuntos do Mar (CIAM) enquanto estrutura de reflexão, coordenação e decisão estratégica sobre o Mar. - Criação de um grupo de trabalho interministerial, sob coordenação da Ministra do Mar, com a missão de avaliar e preparar um plano de ação de promoção do transporte marítimo e de apoio ao desenvolvimento da marinha mercante nacional, designadamente através da alteração ao regime aplicável ao registo de navios. - Aprovou a criação do Grupo de Trabalho interministerial «Energia no Mar», com a missão de apresentação e discussão pública de um modelo de desenvolvimento que assegure a racionalização dos meios afetos ao desenvolvimento da Energia Elétrica <i>offshore</i>.
Segurança das operações de petróleo e gás no <i>offshore</i> Conselho de Ministros de 3 de março	Introdução de medidas de segurança reforçada destinadas à prevenção e limitação de consequências decorrentes de acidentes graves relativos a operações de petróleo e gás no <i>offshore</i>. A introdução destas medidas visa, para além da proteção do ambiente marinho e costeiro, limitar eventuais perturbações na produção de petróleo e gás, elemento essencial no abastecimento energético da União Europeia. A ENMC é designada entidade competente para supervisionar a atividade pela transposição da Diretiva 2013/30/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de junho de 2013. O diploma procura dotar a autoridade competente dos poderes e dos meios adequados para tomar medidas coercivas de uma forma eficaz, proporcionada, independente e transparente. Neste contexto, de forma a assegurar a sua independência e objetividade e evitar conflitos de interesses, preconiza-se como a melhor solução uma separação completa entre, por um lado, as funções de regulação e decisões associadas relativas à segurança <i>offshore</i> e ao ambiente e, por outro, as funções de regulação relacionadas com o desenvolvimento económico dos recursos naturais do <i>offshore</i>, incluindo o licenciamento e a gestão das receitas.

2. Seleção de Medidas Legislativas

Assunto/Diploma	Descrição
IRC Lei n.º 5/2016 - Diário da República n.º 41/2016, Série I de 2016-02-29	Altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de novembro, transpondo a Diretiva 2015/121/UE, do Conselho, de 27 de janeiro de 2015.
Sistema de Certificação Energética dos Edifícios Portaria n.º 39/2016 - Diário da República n.º 46/2016, Série I de 2016-03-07	Procede à segunda alteração do Anexo IV da Portaria n.º 349-A/2013, de 29 de novembro, que determina as competências da entidade gestora do Sistema de Certificação Energética dos Edifícios (SCE), regulamenta as atividades dos técnicos do SCE, estabelece as categorias de edifícios, para efeitos de certificação energética, bem como os tipos de pré-certificados e certificados SCE e responsabilidade pela sua emissão, fixa as taxas de registo no SCE e estabelece os critérios de verificação de qualidade dos processos de certificação do SCE, bem como os elementos que deverão constar do relatório e da anotação no registo individual do Perito Qualificado (PQ).

Assunto/Diploma	Descrição
<i>Pensão antecipada de velhice</i> Decreto-Lei n.º 10/2016 - Diário da República n.º 47/2016, Série I de 2016-03-0873788325	Repõe o regime transitório de acesso à pensão antecipada de velhice a beneficiários com, pelo menos, 60 ou mais anos de idade e, pelo menos, 40 anos de carreira contributiva, pelo período necessário à reavaliação do regime de flexibilização, e prevê o direito de audição prévia do beneficiário.
<i>Medida excecional de apoio ao emprego</i> Decreto-lei n.º 11/2016 - Diário da República n.º 47/2016, Série I de 2016-03-08	Cria uma medida excecional de apoio ao emprego através da redução da taxa contributiva para a segurança social a cargo da entidade empregadora, em 0,75 pontos percentuais, relativa às contribuições referentes às remunerações devidas nos meses de fevereiro de 2016 a janeiro de 2017.
<i>Operações com combustíveis em offshore</i> Decreto-lei n.º 13/2016 - Diário da República n.º 48/2016, Série I de 2016-03-09	Estabelece disposições em matéria de segurança de operações de petróleo e gás no <i>offshore</i> de petróleo e gás, transpondo a Diretiva n.º 2013/30/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de junho de 2013.
<i>Coordenação entre portos de Lisboa e de Setúbal</i> Decreto-lei n.º 15/2016 - Diário da República n.º 48/2016, Série I de 2016-03-09	Estabelece a coordenação estratégica da Administração do Porto de Lisboa, S. A., e da Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S. A., definindo o regime de acumulação de funções dos membros dos respetivos conselhos de administração, para efeitos de planeamento estratégico e promoção de sinergias organizacionais e operacionais de ambas as empresas.
<i>Fundo Azul</i> Decreto-lei n.º 16/2016 - Diário da República n.º 48/2016, Série I de 2016-03-09	Criação do Fundo Azul que tem por finalidade o desenvolvimento da economia do mar, a investigação científica e tecnológica, a proteção e monitorização do meio marinho e a segurança marítima, através da criação ou do reforço de mecanismos de financiamento. O Fundo tem a natureza de património autónomo e goza de autonomia administrativa, financeira e patrimonial.
<i>Tarifa de referência da eletricidade em 2016</i> Portaria n.º 42-A/2016 - Diário da República n.º 48/2016, 1º Suplemento, Série I de 2016-03-09	Define a tarifa de referência aplicável durante o corrente ano à eletricidade vendida na sua totalidade à rede elétrica de serviço público (RESP), oriunda de unidades de pequena produção (UPP) que utilizam fontes de energia renovável.
<i>Contrato de Investimento</i> Despacho n.º 3626/2016 - Diário da República n.º 50/2016, Série II de 2016-03-11	Aprova a resolução do Contrato de Investimento celebrado entre a AICEP - Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E. P. E., a BDP - Biodinâmica Dental Products, Lda., e os seus sócios.
<i>Plano de Promoção da Eficiência no Consumo de Energia</i> Despacho n.º 3739/2016 - Diário da República n.º 51/2016, Série II de 2016-03-14	Aprova os critérios de avaliação relacionados com objetivos e instrumentos de política energética.
<i>Linha de crédito para setor do comércio de Albufeira</i> Despacho n.º 3692-A/2016 - Diário da República n.º 50/2016, 1º Suplemento, Série II de 2016-03-11	Determina a criação de uma linha de crédito para apoio à revitalização do setor do comércio de proximidade do município de Albufeira.
<i>Programa operacional Mar 2020</i> Resolução do Conselho de Ministros n.º 13/2016 - Diário da República n.º 53/2016, Série I de 2016-03-16	Concretiza a implementação do Mar 2020, através do estabelecimento de prazos para proceder à publicação dos regulamentos específicos das medidas de apoio previstas no Programa Operacional Mar 2020 e determina a abertura de concursos para os DLBC - desenvolvimento local de base comunitária nas Regiões Autónomas.
<i>Comissão Interministerial dos Assuntos do Mar</i> Resolução do Conselho de Ministros n.º 14/2016 - Diário da República n.º 53/2016, Série I de 2016-03-16	Estabelece as condições de funcionamento da Comissão Interministerial dos Assuntos do Mar.
<i>Grupo de Trabalho «Energia no Mar»</i> Resolução do Conselho de Ministros n.º 15/2016 - Diário da República n.º 53/2016, Série I de 2016-03-16	Cria o Grupo de Trabalho interministerial «Energia no Mar», que tem por missão a apresentação e discussão pública de um modelo de desenvolvimento que assegure a racionalização dos meios afetos ao desenvolvimento da energia elétrica «offshore».
<i>Mercado dos combustíveis</i> Regulamento n.º 280/2016 - Diário da República n.º 54/2016, Série II de 2016-03-17	Procede à primeira retificação do Regulamento n.º 851/2015, de 17 de dezembro, que estabelece os procedimentos de registo para a elaboração do cadastro nacional centralizado (registo de todos os intervenientes do Sistema Petrolífero Nacional (SPN))

Assunto/Diploma	Descrição
	junto da ENMC — Entidade Nacional para o Mercado de Combustíveis, E. P. E. (ENMC)).
<i>Proteção na invalidez</i> Lei n.º 6/2016 - Diário da República n.º 54/2016, Série I de 2016-03-17	Primeira alteração, por apreciação parlamentar, ao Decreto-Lei n.º 246/2015, de 20 de outubro (primeira alteração à Lei n.º 90/2009, de 31 de agosto, que aprova o regime especial de proteção na invalidez, e terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 265/99, de 14 de julho, que cria o complemento por dependência)
<i>Proteção social na maternidade, paternidade e adoção</i> Lei n.º 7/2016 - Diário da República n.º 54/2016, Série I de 2016-03-1773882360	Majoração da proteção social na maternidade, paternidade e adoção para os residentes nas regiões autónomas
<i>Orçamento do Estado</i> Lei n.º 7-A/2016 - Diário da República n.º 62/2016, 1º Suplemento, Série I de 2016-03-30	Orçamento do Estado para 2016
<i>Grandes Opções do Plano</i> Lei n.º 7-B/2016 - Diário da República n.º 63/2016, 1º Suplemento, Série I de 2016-03-31	Aprova as Grandes Opções do Plano para 2016-2019
<i>Quadro Plurianual de Programação Orçamental</i> Lei n.º 7-C/2016 - Diário da República n.º 63/2016, 1º Suplemento, Série I de 2016-03-31	Aprova o Quadro Plurianual de Programação Orçamental para os anos de 2016-2019

Lista de Acrónimos

Lista de Acrónimos

Siglas	Descrição	Siglas	Descrição
ACAP	Associação do Comércio Automóvel de Portugal	IUC	Imposto Único de Circulação
ADSE	Direção-geral de Proteção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública	IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
AL	Administração Local	MC	<i>Ministry of Commerce of China</i>
AR	Administração Regional	Michigan	Universidade de Michigan
BCE	Banco Central Europeu	NBSC	<i>National Bureau of Statistics of China</i>
BEA	<i>Bureau of Economic Analysis</i>	OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
BGFRS	<i>Board of Governors of the Federal Reserve System</i>	OE	Orçamento do Estado
BLS	<i>Bureau of Labour Statistic</i>	ONS	Instituto Nacional de Estatística do Reino Unido
BP	Banco de Portugal	OT	Obrigações do Tesouro
BT	Bilhetes do Tesouro	PIB	Produto Interno Bruto
BVLP	Bolsa de Valores de Lisboa e Porto	SDDS	<i>Special Data Dissemination Standard</i>
CE	Comissão Europeia	SFA	Serviços e Fundos Autónomos
CEDIC	Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo	SNS	Serviço Nacional de Saúde
CGA	Caixa Geral de Aposentações	SS	Segurança Social
CMM	Comissão do Mercado de Valores Mobiliários	UE	União Europeia
COGJ	<i>Cabinet Office Government of Japan</i>	VAB	Valor Acrescentado Bruto
DGEG	Direção-geral de Energia e Geologia	Yahoo	<i>Finance Yahoo</i>
DGO	Direção-geral do Orçamento		
DGT	Direção-geral do Tesouro		
EPA	<i>Economic Planning Agency</i>		
Eurostat	Instituto de Estatística da UE		
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo		
FMI	Fundo Monetário Internacional		
FSO	Instituto Nacional de Estatística da Alemanha		
GEE	Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia		
GPEARI	Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais do Ministério das Finanças		
IEFP	Instituto de Emprego e Formação Profissional		
IGCP	Instituto de Gestão do Crédito Público		
IGFSS	Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social		
IHPC	Índice Harmonizado de Preços no Consumidor		
INE	Instituto Nacional de Estatística		
INSEE	Instituto Nacional de Estatística da França		
IPC	Índice de Preços no Consumidor		
IRC	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas		
IRS	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares		
IS	Imposto do Selo		
ISM	<i>Institute for Supply Management</i>		
ISP	Imposto sobre os Produtos Petrolíferos e Energéticos		
ISTAT	Instituto Nacional de Estatística da Itália		
ISV	Imposto sobre Veículos		

Siglas	Unidades
%	Porcentagem
p.p.	Pontos percentuais
p.b.	Pontos base
EUR/USD	Dólar americano por euros
EUR/GBP	Libra esterlina por euros
MM3	Médias móveis de três termos
SRE	Saldo de respostas extremas
VA	Valores acumulados
VC	Variação em cadeia
VCS	Valor corrigido de sazonalidade
VE	Valor efetivo
VH	Variação homóloga
VHA	Variação homóloga acumulada
VITA	Variação intertabelas anualizada. Refere-se a Instrumentos de Regulamentação Coletiva de Trabalho publicados desde o início do ano até ao mês em referência e com início de eficácia no respetivo ano

Notas Gerais

Unidade – unidade/medida em que a série se encontra expressa.

: representa valor não disponível.

- não se aplica.